

## Contradições e irracionalidade da Cuba pré-revolucionária

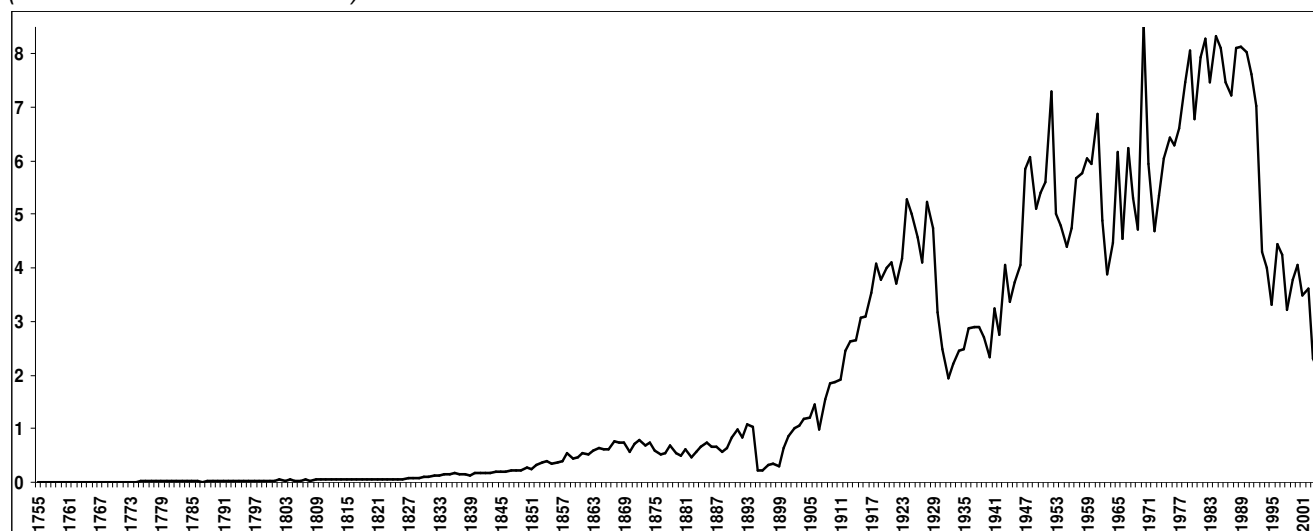
A história da Cuba moderna abre-se com a chegada dos *conquistadores* espanhóis em Outubro de 1492 e começa por um imenso caos. A desapareição quase total das sociedades ameríndias constituiu com efeito um choque demográfico de uma violência inaudita: os Americano-cubanos eram provavelmente perto de 100.000 em 1500, mas não restavam mais de perto de 15.000 em 1530. Por volta de 1600 não subsistiam senão entre 1.000 a 2.000. Nos primeiros tempos os “Índios” que sobreviveram foram convertidos em escravos, depois submetidos ao regime de trabalho forçado (*encomienda*) praticado nas minas. Uma oligarquia de grandes proprietários europeus constituiu-se muito cedo, açambarcando as riquezas em terras e minas e através delas conquistou o poder político local. Os colonizadores criaram em Cuba uma organização social nova, proto-capitalista, de tipo colonial, repousando sobre uma divisão de trabalho que assentava em critérios de raça, orientada para o fornecimento dos mercados do sistema mundial e a transferência dos lucros para o centro, em plena acumulação primitiva. A colonização espanhola ia se em Cuba a mais duradoura da história; uma pouco mais de quatro séculos, de 1492 a 1898.

Após os ciclos do ouro (1511-1540) e do cobre (1528-1600) seguiram-se os da madeira, depois o do couro a partir de fim do século XVI. Muito tempo depois todavia, na verdade até meados do século XVII, a economia cubana manteve-se não especializada. A característica destes sucessivos ciclos produtivos, todos ligados à exportação de recursos primários, consistia no facto de que todos se abriam à pilhagem e se fechavam – não sobre uma não-industrialização – mas antes sobre uma desindustrialização (Herrera, 2003). As actividades desenvolvidas sobre o cobre fundido que chegaram a concentrar trabalhadores e capitais, seriam desmanteladas por volta de 1610, por ordem da metrópole que não tolerava a concorrência de colónia. Logo que, mais tarde, por altura de 1830, a Inglaterra adquiriu as concessões de cobre, foi um mineral cubano não transformado que abasteceu a sua indústria metalúrgica. Os estaleiros navais desenvolveram-se na segunda metade do século XIX quando a frota espanhola se reforçou para retomar a *conquista*. Desapareceram todos ou quase todos desde o século XVII, limitando-se a serviços subordinados de reparação. Era preciso contentarem-se em enviar a madeira em bruto para a Espanha. A exportação do couro representou um gigantesco desperdício de gado nos latifúndios de criação de gado sem interesse na venda de carne, menos lucrativa. Foi na Europa que prosperaram as indústrias do couro e do vestuário. Nenhum dos ciclos menores ligados aos produtos agrícolas (como o tabaco) engendrou posteriormente um esboço de um processo de transformação no local. As oportunidades de desenvolvimento auto-centrado foram bloqueadas, como as condições de formação de uma burguesia local suficientemente poderosa para desencadear a acumulação de capitais, ainda que apenas parcialmente orientada para o mercado interior.

Foi apenas no terminar do século XVIII que Cuba ia especializar-se na produção e exportação de açúcar. E tal foi possível por uma aliança entre as classes dominantes cubanas (latifundiários) e as sub-dominantes do centro do sistema mundial capitalista (espanholas e anglo-americanas). Tomando a forma de uma estratégia de inserção internacional e colocando a colónia em posição dominada,

mas dinâmica, esta especialização operou sob os efeitos conjugados de factores endógenos e exógenos. Os primeiros – de ordem topográfica, climática, técnica, sócio-económica... - liquidaram as velhas relações de produção, libertaram as forças produtivas e metamorfosearam os latifundiários em senhores de engenho do açúcar. Quanto aos segundos, os choques exteriores decisivos foram a ocupação militar inglesa de La Havana em 1762, que despedaçou o monopólio comercial mercantilista espanhol; a revolução haitiana em 1791 que afastou o principal concorrente açucareiro no mercado mundial; e, desde 1776, a ligação de Cuba ao mercado dos Estados Unidos, próxima, vasta e em pleno desenvolvimento. No dealbar do XIX século Cuba a ilha tornara-se já o primeiro produtor e exportador mundial de açúcar. O crescimento da sua economia era o reflexo do desenvolvimento da escravatura nas plantações. Elemento constitutivo do capitalismo, estendeu-se sobre uma escala tão larga que determinou o perfil de toda a estrutura da formação social.. Em 1850 perto de metade da população cubana vivia escravizada. Cuba foi o território onde a escravatura capitalista durou mais tempo em todo o mundo (1511-1886) e ainda a colónia onde as deportações de trabalhadores africanos foram mais maciças em toda a América hispânica : provavelmente mais de um milhão de pessoas.

**Figura 1: Produção de açúcar em Cuba durante dois séculos e meio: 1755-2005**  
(em milhões de toneladas)



*Fonte:* cálculos do autor

Muito cedo, sob a forma política da colonização espanhola, a dependência económica de Cuba se consolidou em relação aos Estados Unidos. Foi primeiro posta em prática em consequência da troca. Isolados dos mercados ingleses das Caraíbas, os Estados Unidos independentes tornaram-se rapidamente o principal destino para as exportações de Cuba que se converteu para eles no seu primeiro mercado externo. Compravam-lhe açúcar em bruto que refinavam e vendiam em toda a costa Leste para fornecer a Cuba, em contrapartida, aquilo de que precisavam para o produzir: escravos, máquinas agrícolas, víveres... Dois terços das exportações cubanas partiam para os Estados Unidos em 1850, 85% em 1875, nove décimos em 1895 – contra 5% para a Espanha nesses mesmos períodos.

Imbricando a pouco e pouco a estrutura produtiva da ilha na do vizinho a norte, os laços tecidos pelos senhores do açúcar e mercadores, industriais, armadores, banqueiros e negreiros dos Estados Unidos amarraram a economia periférica ao centro. Este já não era, desde há muito, a antiga metrópole imperial, mas sim os Estados Unidos em marcha para a hegemonia do sistema capitalista mundial. Cuba, que passara ao regime de trabalho assalariado era o segundo comprador internacional para as suas mercadorias em 1895. A sua produção de açúcar abeirou-se do milhão de toneladas desde 1892 (0.993), antes de ultrapassar esse limite uma primeira vez em 1893 (1.071) e depois de novo em 1894 (1.020) para desabar com a guerra de libertação nacional em 1895 (Herrera, 2005). Entre o fim desta guerra (1898) e a véspera da revolução (1958) a dependência, de comercial transformou-se em monetária e financeira: Em 1925, a ilha era o terceiro destino mundial das exportações de capitais da grande finança *yankee*. Os Estados Unidos não eram somente o grande fornecedor e cliente de Cuba mas também o seu proprietário. O imperialismo nascera.

Os protagonistas desta *conquista* moderna foram *J. P. Morgan & Co.* E os grupos Rockefeller – um estruturado em volta do *National City Bank*, o outro da *Standard Oil* e do *Chase Manhattan Bank*. Gigantes da corporação *finança*, adquiriram um controle absoluto da ilha; o primeiro de 1914 a 1929, os segundos de 1933 a 1958. Tudo aquilo que gerava valor passou para o seu domínio: o açúcar, sector chave da economia, em que as centrais açucareiras se tornaram verdadeiras fábricas; mas também as minas (o níquel em particular), o tabaco, os frutos tropicais, a grande produção dos meios de consumo, aquilo a que nessa época se chamava “os serviços públicos” (electricidade, telefone, caminhos de ferro, transportes urbanos...) e, claro está, a banca. A dívida pública aumentou a dependência financeira do Estado, cujo pool de credores foi dominado, a partir de 1914 pela casa Morgan. Desde os anos 1920, o *Chase Manhattan* participou igualmente na pilhagem do Tesouro cubano e a série de operações que ele realizou sobre dezenas de milhões de dólares de títulos públicos foi considerada pela *U. S. Commission on Cuban Affairs* (1935) como tendo ultrapassado a “*ética bancária*” ... Em 1920 as exportações *per capita* de Cuba eram superiores às da Inglaterra.

Logo que em 1934 F. D. Roosevelt revogou a emenda Platt (que outorgava aos Estados Unidos o direito de intervir militarmente) e instaurou o sistema das quotas (*Jones-Costigan Act*), a dependência financeiro-comercial subiu ainda um patamar, enquanto o estado cubano parecia todavia dispor de mais autonomia. As quotas aprisionavam Cuba na exportação de açúcar bruto, arruinavam as suas raras refinarias e obrigavam-na a escoar os seus excedentes no mercado livre, o que fazia cair os preços e permitia a Washington rever em baixa os preços garantidos.

Comprando a submissão das classes dominantes locais e da sua ditadura gastadora pró-Estados Unidos, eles acorrentavam o país ao subdesenvolvimento. Nenhuma fábrica de açúcar foi construída depois de 1927. A aberração do capitalismo cubano traduziu-se no facto de que o primeiro exportador mundial de açúcar em bruto tinha sido reduzido antes da revolução a importar açúcar refinado dos Estados Unidos. A ilha tornara-se uma projecção além-mar do seu território, ao serviço da sua acumulação, modelada na organização das suas produções. Da sua “fábrica” no Sul os Estados Unidos não retiravam menos de 10% das divisas que gerava.

As consequências desta submissão fizeram-se sentir muito particularmente a quando da crise de 1929. A depressão tocou Cuba mais duramente que o resto da América Latina, porque a ilha era muito vulnerável às variações das receitas de exportação (compostas por açúcar em 80% e 75% dirigidas para os Estados Unidos); mas sobretudo porque ela não foi autorizada a recorrer às medidas de protecção que os outros governos latino-americanos utilizaram. Ela teve de conservar uma taxa de câmbio de 1 para 1 entre peso e dólar e conceder baixas das tarifas alfandegárias o que provocou uma forte deflação, fez contrair a massa monetária e laminou a economia. O produto interno bruto (PIB) caiu 36% entre 1929 e 1932. As raras fábricas que tinham sido construídas no fim dos anos 1920 (no essencial para produzir bens de consumo) foram desmontadas e os seus equipamentos vendidos ao estrangeiro. O ajustamento ao choque exterior dos anos 1930 foi realizado à custa da degradação das condições de vida dos trabalhadores: elevação do sub-emprego, baixa dos salários. O impacto social da crise foi intensamente dramático. A divisão internacional do trabalho condenava Cuba à sua especialização, selava a história das suas sucessivas desindustrializações, interditava qualquer desenvolvimento adaptado às suas necessidades.

O fracasso da estratégia capitalista tinha sido consumado. Só a entrada em guerras dos Estados Unidos conseguia redinamizar a economia cubana, ao dinamizar as encomendas de açúcar: a Segunda Guerra Mundial, depois a guerra da Coreia (com um pico em 1952 pois atingiu 7.298 milhões de toneladas, recorde do período pré-revolucionário). Depois de 1945 os Estados Unidos retomaram os seus investimentos directos. No meio da década dos anos 50 o império dos Rockefeller estendia-se desmedidamente em todas as direcções: minas (*Moa Bay Minig, Nickel Processing*), energia (*Standard Oil, West Índia Refining*), caminhos-de-ferro (*Cuba Railway*), automóvel (*Goodyear*) frutas (*United Fruit*), finança, com a *Chase Manhattan* e a *National City*. Foi por intermédio deste último que eles se apossaram do exclusivo das propriedades açucareiras (*General Sugar, West Indies, Cuban Americam Sugar...*). Mas eles detinham também terras em associação com outros investidores, como Sullivan & Cromwell ou o grupo de Boston (*First National Bank*). Em 1955 as terras dos Rockefeller cobriam mais de 1.25 milhões de hectares, ou seja 85% dos 1,48 milhões pertencentes a grupos dos Estados Unidos.

Alguns indicadores darão uma ideia dos disfuncionamentos sociais na Cuba dos anos 50 (Rodríguez e Carriazo, 1987; Martínez, 1991): 41% da população rural era analfabeta; o nível de escolaridade limitava-se a 2 anos (primário); 600.000 crianças não estavam escolarizadas e 10.000 professores encontravam-se no desemprego; a cobertura população em idade escolar era de 45% no primário e 8% no secundário; as taxas de mortalidade infantil e materna eram ligeiramente inferiores a 60% e 12%; 31% dos operários agrícolas estavam (ou tinham sido) portadores de paludismo e 14% eram tuberculosos; havia um médico por 1067 habitantes, 2 em cada 3 exerciam a profissão em La Havana; os preços das consultas atingiam 10 a 15 pesos (mais de 50% dos assalariados urbanos ganhavam menos de 75 pesos por mês; um dentista por 3.510 habitantes; uma distribuição da riqueza em que a fatia dos 5º% mais pobres recebia 10.8% do rendimento e os 5% mais ricos 26,5%; 74% dos alojamentos mantinham-se em mau estado nas zonas rurais e 47% nas cidades; 49,5% dos fogos não desfrutavam de água potável e 44,5% de electricidade. A

irracionalidade da entrega dos recursos era total: o ajustamento forçado da produção de açúcar às flutuações da procura mundial exigia a colocação em pousio de numerosas terras; enquanto 600.000 Cubanos, num total de 6 milhões, ficavam desempregados quando não havia colheita. Cuba não consumia o que produzia nem produzia o que consumia.

### **Primeiras transformações da revolução : redistribuição e reforma agrária**

A revolução triunfou no dia 1º de Janeiro de 1959. As primeiras medidas adoptadas em matéria económica conferiram-lhe um carácter marcado de libertação nacional e de justiça social. A erradicação do trabalho infantil, da máfia, da especulação; recuperação dos bens mal adquiridos; baixa das rendas, das tarifas da electricidade e do telefone, dos preços dos medicamentos e dos livros; generalização da saúde e da educação públicas; reformas; lei da reforma urbana; infra-estruturas... Os esforços do governo concentraram-se na criação de empregos (*Figura 2*), em grandes trabalhos públicos destinados a lutar contra o desemprego. Em paralelo o poder de compra dos trabalhadores nas zonas urbanas e rurais foi sensivelmente aumentado (*Figura 3*) – a despeito dos ciclos sazonais. O efeito destas medidas foi a redução rápida das desigualdades desde os primeiros dias da revolução. O coeficiente de Gini, calculado em 0,55 em 1953-58, tinha já caído a 0,35 em 1962. Nessa data a fracção dos 40% mais pobres na população tinham quase triplicado a sua parte no rendimento nacional em relação ao decénio anterior (6% em 1953, 17% em 1962), enquanto a dos 10% mais ricos tinha sido reduzida de 40% (de 39% para 23%). Alguns meses tinham bastado a Cuba para se tornar o país mais igualitário do hemisfério ocidental incluindo Estados Unidos e Canadá.

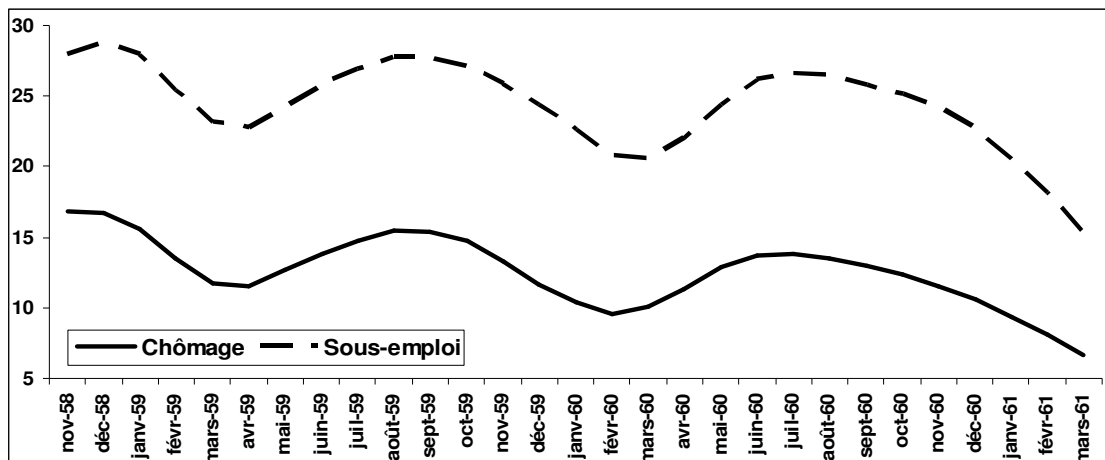
A medida mais decisiva da revolução foi certamente a reforma agrária. Promulgada em Maio de 1959, a primeira lei da reforma agrária distinguia-se pelo facto que evitou as dificuldades de reagrupamento das terras consecutiva à sua partilha. O tamanho máximo autorizado para as propriedades foi fixado em 30 *caballerías* (ou seja 402 hectares), os domínios mais extensos foram expropriados. Quando a terra estava já em cultura segundo contratos de exploração agrária ou de arrendatários foi distribuída aos que a trabalhavam em parcelas de 67 hectares. Nos locais onde os domínios eram explorados como entidades únicas eles foram preservados para se transformarem em cooperativas ou quintas do Estado. A lei tolerava a propriedade de tamanho médio (5 a 30 *caballerías*), mas atacava os latifúndios, portanto aos que pertenciam à grande finança. É aí que se encontra a base da hostilidade do imperialismo. A realidade da reforma agrária conferira à revolução mexicana a sua dimensão histórica e deixou más recordações às elites dos Estados Unidos. Bastou anunciar a mesma intenção para que intervissem em 1954 na Guatemala contra Arbenz. No caso de Cuba foi a partir da reforma agrária, que adquiriu uma feição mais anti-imperialista e popular, que Washington lançou mão de todas as represálias para tentar estrangular a revolução: supressão da quota de açúcar, embargo primeiro parcial e depois total...

Desde então esta agressividade dos Estados Unidos não ia cessar de constranger, levada ao extremo, as possibilidades de crescimento da economia cubana. Mas ela alimentou também, em contrapartida, um extraordinário espírito de resistência e de tenacidade, porque a revolução soube replicar e retribuir os golpes. Uma primeira

grande vaga de nacionalizações tocou as refinarias de petróleo e, com elas, as mais vastas propriedades dos Estados Unidos: 36 fábricas de açúcar, os monopólios da electricidade e do telefone (Agosto de 1960), depois os seus bancos (Setembro). A irresponsabilidade e a hostilidade da burguesia cubana conduziram à segunda vaga das nacionalizações (Outubro de 1960) que abrangeu 383 empresas, os bancos privados restantes e todas as outras firmas dos Estados Unidos. O Estado estabeleceu um monopólio sobre as importações. O reforço do embargo ameaçava o fornecimento de combustíveis do qual dependia toda a economia. Exigia uma diversificação dos mercados exteriores. A aproximação à URSS explica-se em parte pela própria violência do conflito que opôs desde a sua origem a revolução aos Estados Unidos. A ajuda dos países socialistas em petróleo mas também em crédito concedido em particular à compra de equipamento (*Quadro I*) – sem mesmo referir a questão crucial da defesa – foi na época absolutamente decisiva para a consolidação da revolução. A segunda lei da reforma agrária (Outubro de 1963) estabeleceu o controle do Estado sobre as terras de tamanho grande ou médio e suprimiu as rendas pagas por cerca de 100.000 camponeses.

A partir de 1961-63, o estabelecimento de novas relações de produção socialistas, assim como as relações económicas e comerciais crescentes com a URSS e a Europa de Leste necessitaram da procura da articulação de uma estratégia de desenvolvimento (definindo os objectivos) com uma política económica (seleccionando os instrumentos a pôr em marcha) e um sistema de direcção da economia (instaurando as instituições correspondentes). Esta exigência afigurava-se tanto mais imperiosa quanto a agressão do imperialismo redobrava de intensidade até se transformar numa verdadeira guerra não declarada dos Estados Unidos contra Cuba. Os objectivos da estratégia definida foram, num primeiro tempo, transformar Cuba a curto prazo num país industrializado graças à diversificação da agricultura, ao desenvolvimento da indústria pesada e à substituição das importações. Ao desejo espontâneo dos dirigentes da revolução de rejeitar a estrutura mono-produtiva herdada do passado neocolonial misturavam-se as influências do soviétismo e do cefalismo. Se importantes avanços sociais foram então realizados (saúde, educação, igualdade...), os objectivos estritamente económicos não foram atingidos. As razões assentam na vulnerabilidade da economia nacional face aos constrangimentos exteriores, na falta de divisas, de financiamentos externos e de combustíveis o que tornava a diversificação muito difícil. A insuficiência de recursos naturais e técnicos entrouvrou as mudanças estruturais, assim como a raridade (a fuga) de quadros qualificados, a inexperiência em matéria de planificação...

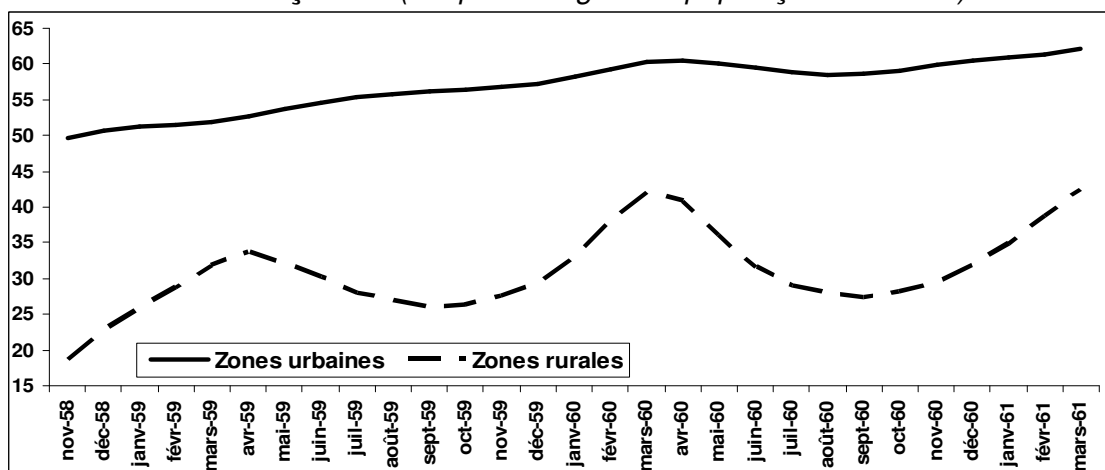
*Figura 2. Taxas de desemprego e de sub-emprego em Cuba: Novembro de 1958-Março de 1961  
(em percentagem da população activa)*



**Chômage** = desemprego **Sous-emploi** = sub-emprego

Fontes : Consejo nacional de Economía (1959) e Oficina nacional de los Censos demograficos (1961).

Figura 3. Parte dos trabalhadores a ganhar mais de 75 pesos por mês : Novembro 1958-Março 1961 (em percentagem da população activativa)



**Zones urbaines** = zonas urbanas **Zones rurales** = zonas rurais

Fontes : Consejo nacional de Economía (1959) e Oficina nacional de los Censos demograficos (1961).

Quadro I. Créditos concedidos a Cuba pelos países socialistas em 1961-62

|      | Montante (milhões de dólares) | Taxa de juro (percentagem) | Amortização (anos) | Objectivos  |
|------|-------------------------------|----------------------------|--------------------|---|
| URSS | 200                           | 2,5                        | 5 a 12             | Equipamentos industriais, petróleo, níquel e cobalto, electricidade e serviços... |

|                |     |     |                     |                             |
|----------------|-----|-----|---------------------|-----------------------------|
| China          | 60  | 0.0 | 10                  | Máquinas e utensílios       |
| Checoslováquia | 40  | 2,5 | 10                  | Electricidade,<br>automóvel |
| Hungria        | 15  | 2,5 | 10                  | Máquinas e utensílios       |
| Roménia        | 15  | 2,5 | a partir de<br>1966 | Máquinas e utensílios       |
| Polónia        | 12  | 2,5 | 8                   | Estaleiros navais           |
| RDA            | 10  | 2,5 | 10                  | Equipamentos<br>industriais |
| Bulgária       | 5   | 2,5 | 10                  | Energia hidráulica          |
| Total          | 357 |     |                     |                             |

Fonte : Huberman e Sweezy (1969)

Constrangimentos muito poderosos, internos e externos, impediram assim a saída da especialização açucareira. O regresso ao açúcar foi a escolha imposta pelas leis do sistema mundial capitalista. A atracção dos preços soviéticos, largamente acima dos preços mundiais (e dos Estados Unidos) continuava a ser o produto de mecanismos de mercado. Uma razão principal foi também o facto de que o povo em armas era obrigado a viver em constante alerta e a protecção da nação pedia um esforço considerável. Os efeitos do embargo faziam-se sentir duramente pela dificuldade em obter peças destacadas associada à depreciação acelerada dos equipamentos. Neste contexto, registou-se uma queda da actividade económica, assim como uma baixa da produtividade. Uma mudança de estratégia tornou-se necessária.

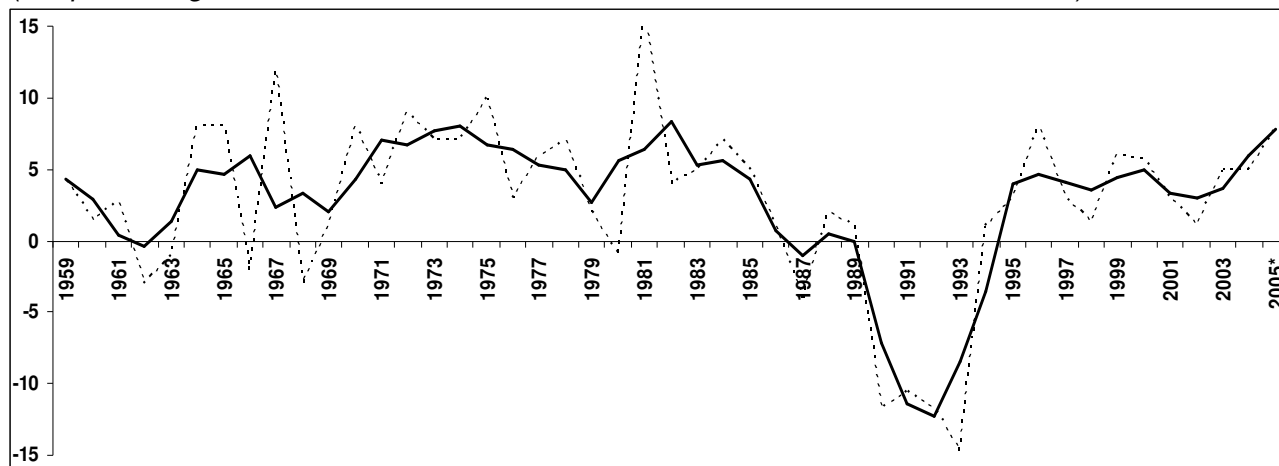
### **As etapas da planificação da economia cubana**

A partir de 1964 a decisão de reorientar os objectivos estratégicos visou encontrar apoio na base económica existente, herdade do capitalismo, a fim de conseguir libertar os recursos indispensáveis ao financiamento das infra-estruturas e à acumulação acelerada destinadas a industrializar o país. O desenvolvimento da produção agrícola, a promoção e a diversificação das exportações, a criação das bases para a industrialização converteram-se nas novas prioridades. Elas traduziram-se por consideráveis redistribuições orçamentais na viragem para 1964. Não faltavam os argumentos para fundamentar esta mudança de norte: a abundância das terras disponíveis em consequência da reforma agrária, a rentabilidade dos investimentos, poucos entraves e dispensa de trabalho qualificado, largas possibilidades de substituição da informação... Os acordos comerciais sobre a compra de açúcar concluídos com a URSS (Janeiro de 1964), depois com os restantes países socialistas (incluindo a China), abriram novos mercados e exerceram uma influência determinante sobre a escolha de regressar à especialização açucareira, racionalizando-a. Foi de resto esta evolução favorável das relações internacionais que tornou possível a fixação do objectivo de produzir 10 milhões de toneladas de açúcar no ano 1970. No entanto o sector externo continuava a constranger a reprodução alargada e as estruturas disformes e ossificadas do passado pesavam com todo o seu peso sobre as escolhas económicas da revolução.



Entre 1947 e 1967 o crescimento do PIB foi restabelecido (Figuras 5 e 6). Fazer dos rendimentos das exportações agrícolas o pilar do financiamento do desenvolvimento não significava prosseguir com a não-industrialização do país, mas pelo contrário criava uma base industrial que devia acelerar o incremento da agricultura. Daí a formação de indústrias de equipamento agrícola, de peças soltas, da frota pesqueira, de adubos e de insecticidas, de transformação agro-alimentar... e, em paralelo, a especial atenção concedida à produção de electricidade e de materiais de construção para responder às necessidades em serviços sociais e infra-estruturas. Todavia, a partir de 1967, surgiram desequilíbrios económicos ao mesmo tempo que se registava uma baixa da produtividade. É costume dizer que de 1967 a 1970 foram cometidos erros na política económica e nomeadamente: um idealismo que fazia olhar as relações mercantis como não pertinentes e concedia o primado à política; a eliminação dos pagamentos entre empresas e, no seio destas, das regras de contabilidade e de orçamento; numerosas e generosas gratuidades; a desconexão entre salários distribuídos e normas ou contribuições dos trabalhadores... As consequências foram a desorganização do trabalho (absenteísmo, indisciplina, desincentivação dos ganhos de produtividade) e, de maneira geral, a do sistema de direcção da economia, conduzindo a desequilíbrios financeiros internos. Em tais condições o objectivo de 10 milhões de toneladas de açúcar não podia ser atingido. Com 8.538 milhões de toneladas a produção de 1970 não deixou todavia de constituir um recorde absoluto na história do país. A análise crítica deste fracasso que os dirigentes cubanos empreenderam para rectificar os erros não os levou a abandonar a estratégia açucareira, mas sim a procurar corrigir os desequilíbrios por um acréscimo da eficiência e um desenvolvimento das infra-estruturas e dos sectores susceptíveis de lançar as bases da industrialização futura. A partir de 1971 profundas modificações foram aplicadas: implantação de normas e de remuneração ligadas ao trabalho efectivamente fornecido, restabelecimento da compatibilidade e do cálculo económico como base do sistema de direcção... Soara a hora do saneamento das finanças do país, o que não impediu a continuidade dos progressos sociais na educação e na saúde.

**Figura 4. Taxa do crescimento anual médio do PIB em Cuba de 1959 a 2005**  
(em percentagem, taxa real e taxa calculada em média móvel durante três anos)



Fontes : Cálculos do autor, segundo Álvarez (1998) e ONE (diversos anos).

*Nota* : O cálculo do PIB do ano 2005 foi avaliado a partir da taxa de crescimento do primeiro semestre.

**Quadro 2. Taxa de crescimento do PIB de Cuba por períodos históricos de 1959 a 2005**

*(média anuais, em percentagem)*

|             |       |
|-------------|-------|
| 1959-1960 : | + 1,5 |
| 1961-1963 : | - 0,4 |
| 1964-1966 : | + 6,5 |
| 1967-1970 : | + 2,0 |
| 1971-1975 : | + 7,4 |
| 1976-1981 : | + 5,5 |
| 1982-1985 : | + 5,3 |
| 1986-1990 : | + 0,1 |
| 1991-1994 : | -9 ,5 |
| 1995-2000 : | +4 ,5 |
| 2001-2002 : | +2 ,1 |
| 2003-2005 : | +5 ,9 |

O reforço dos laços com o bloco soviético conduziu à decisão de entrar no Conselho de Ajuda Económica Mútua (CAEM). A adesão concretizou-se em 1972. Esta dinâmica de integração fornecia a Cuba as condições que tornavam possível o objectivo de industrializar o país. Mas isto supunha a redefinição da sua especialização. A natureza das relações estabelecidas no seio do CAEM modificava do princípio ao fim e favoravelmente a relação mantida com a economia mundial. Cuba via assim os seus mercados alargados e estabilizados para as suas exportações, tanto tradicionais (açúcar, níquel) como novas (electrónica, máquinas). Estas últimas punham em causa em certa medida a lógica histórica das vantagens comparativas de Cuba em função das linhas de especialização relativa na comunidade socialista, ao alargarem o acesso às novas tecnologias. As importações de combustíveis, matérias-primas, produtos químicos, bens de equipamento... ganhavam segurança de ora em diante. Além do desenvolvimento dos volumes, os termos de troca melhoravam dados os preços garantidos na exportação pela URSS, superiores aos do mercado mundial – mas a fixação de preços diferenciados para o açúcar cubano exercia um efeito redistributivo que favorecia os países socialistas menos desenvolvidos. As economias do CAEM ganhavam com isto por causa do custo de oportunidade elevada da produção de açúcar, do aprovisionamento estratégico em níquel e do mercado aberto para os seus bens de equipamento, muitas vezes não competitivos no mercado mundial. Cuba beneficiou de novos financiamentos concedidos em condições muito favoráveis (fracas taxas de juro e duração a longo prazo da amortização). Nos anos 1980, uma grande parte das importações era motivada pela satisfação das necessidades de consumo do país, no seio de uma formação social homogénea e igualitária (Gini de 0,22 em 1986 [1984]). A colaboração externa tornara-se o motor da estratégia de desenvolvimento do país. No começo dos anos 1980, uma série de factores externos desfavoráveis, em particular a degradação da situação financeira em moeda livremente convertível, ia obrigar a renegociar a dívida devida aos países socialistas e a estimular as

exportações. A partir de 1976 a coordenação dos planos quinquenais entre países membros do CAEM condicionou o perfil dos planos nacionais cubanos (1976-80, 1981-85, 1986-90) que colocavam, todos eles, o acento tónico na industrialização. Mas as negociações da Coordenação dos Planos para o quinquénio 1986-90 saldaram-se pela estagnação das trocas aos níveis de 1985 e revelaram um certo endurecimento das relações com alguns parceiros do CAEM. Desde meados dos anos 80 em paralelo com as evoluções constatadas na URSS e na Europa de Leste, apareceram os sintomas do esgotamento dos factores que tinham impulsionado o crescimento sustentado de 1971 a 1985. A economia registou então baixas de eficiência e do rendimento dos capitais investidos. A dependência externa continuava forte: as importações encontravam-se em alta em numerosos sectores e as exportações muitas vezes pouco dinâmicas. Os disfuncionamentos multiplicavam-se na aplicação dos investimentos (atrasados, incompletos, de qualidade insuficiente), na gestão das empresas (rentabilidade hipertrofiada por preços excessivos), na esfera do trabalho (pagamento de salários sem correspondência com ao trabalho real prestado, prémios injustificados)...

Estas derivas, comparáveis mas simetricamente inversas às observadas nos anos 60, foram interpretadas como a consequência de erros na aplicação da política adoptada em 1975, na altura da implantação de uma concepção do cálculo económico inspirado naquela que vigorava no CAEM ao conceder a prioridade à gestão sobre os factores socioeconómicos da planificação.

Os anos 1986-89 foram marcados pela implementação de um conjunto de medidas de “rectificação dos erros” que procuravam utilizar métodos de trabalho mais eficazes, tipos de remuneração aproximando rendimentos e resultados (em particular na agricultura) e formas de organização das empresas bem sucedidas. A agravação dos constrangimentos exteriores (tensão da situação financeira com o Ocidente e negociações com o Leste) provocou mesmo uma contracção da base material da economia. Face a estas dificuldades, um começo de redefinição da estratégia de desenvolvimento foi encetado no meio da realização do 3º plano (1988) visando contar mais sobre os próprios recursos do país. Os objectivos foram reorientados para a criação de novas fontes de rendimentos externos no mercado mundial tirando partido dos dons naturais da ilha, assim como das recentes oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento do potencial científico e técnico da força de trabalho. A escolha dos programas estratégicos orientou-se pois para a alimentação, o turismo e as biotecnologias – além das prioridades concedidas aos investimentos sociais e estruturais. Desde 1988, foi dado um impulso aos investimentos estrangeiros, e abriram-se negociações tendo em vista uma abertura ao turismo e a gestão em divisas das empresas suavizou-se. Os Cubanos tinham compreendido que a Leste se ia passar algo de novo...

### **Balanço dos avanços e das insuficiências da revolução cubana em 1989-1990**

De um ponto de vista estritamente económico as realizações em Cuba no campo do crescimento entre 1959-60 e 1989-90 estão, em termos relativos, longe de serem negligenciáveis – e isto a despeito das dificuldades encontradas e dos fortes constrangimentos externos. No período de 1959-1989 a economia cubana registou com efeito uma taxa de crescimento anual média do seu PIB de quase 5% (*Figura 6*

e *Quadro 3*). Medida segundo produto social final e o produto social global, o crescimento foi respectivamente de 4,8% e de 4,4%. No mesmo período a taxa de crescimento do PIB *per capita* foi ligeiramente superior a 3% em média e por ano. Deste modo Cuba suporta bastante bem a comparação com os outros países da América latina. O índice do PIB cubano em 1989-90 não é nitidamente inferior senão ao do Brasil e situa-se quase ao mesmo nível do do México. Em troca ficava nessa época francamente superior aos índices do PIB atingidos pela Argentina, Chile, Peru e a Venezuela pré-revolucionária.

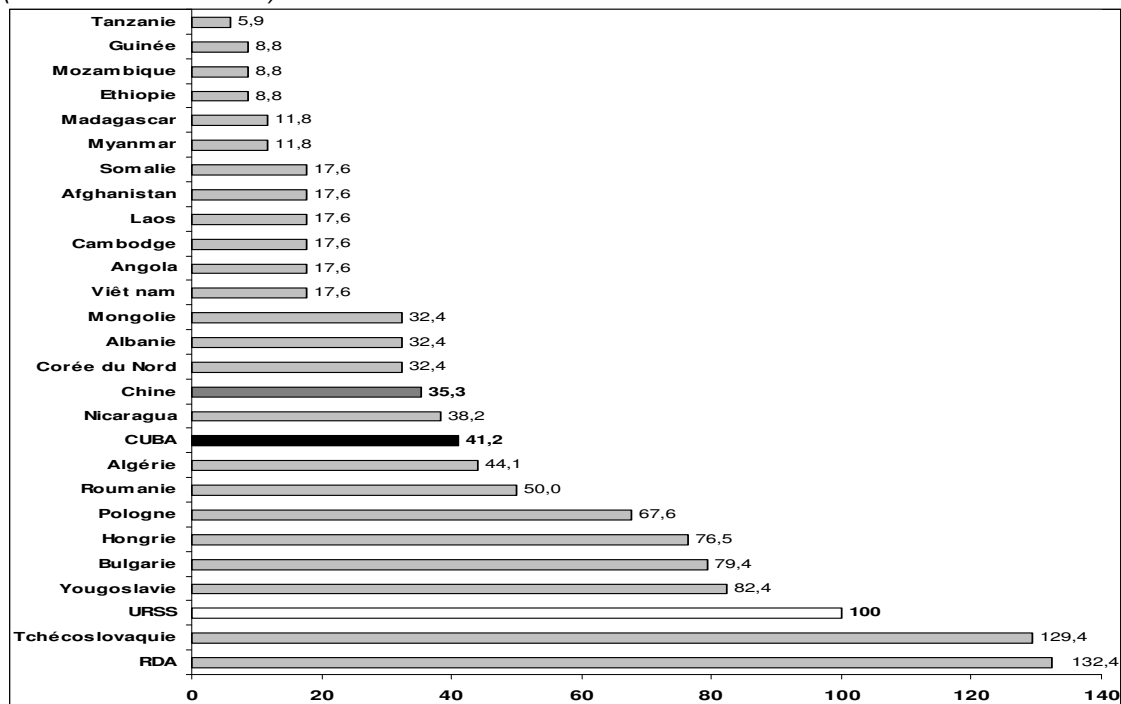
Os resultados obtidos de 1959 a 1989 em relação aos outros países de economia planificada (URSS e Europa de Leste) são claros: Cuba classifica-se no fim do período acima dos países do bloco soviético (*Figura 7*), incluindo aqueles cuja base de produção era menor (Bulgária, Roménia) e que tinham começado como Cuba a alcançar as economias mais avançadas (URSS, Checoslováquia, Hungria). A entrada para o CAEM deu pois um forte impulso à economia cubana, mesmo se a aproximação à URSS não se verificou senão parcialmente. O rendimento nacional de Cuba continuava inferior a metade do da URSS em 1987-88 (*Figura 5*). O ritmo sustentado de crescimento do PIB nos anos 70 prosseguiu no decurso do quinquénio 1981-1985 – interrompido pelas devastações causadas pelo carbúnculo e sobretudo pela ferrugem da cana-de-açúcar que provocaram importantes perdas de colheitas ente 1977 e 1980. O ritmo abrandou no entanto a partir de 1986, para se tornar negativo em 1987, por causa dos problemas referidos anteriormente, esgotamento dos factores de acumulação extensiva internamente e exacerbação das tensões internacionais externamente (*Figura 6*).

O principal traço da economia cubana – a sua dependência do exterior – manteve-se em 3 decénios. A despeito das muito numerosas vantagens que oferecia a Cuba a intensificação dos laços com os países socialistas atingiu certos limites que eram os próprios limites do CAEM (Lavigne,1970). A integração proposta não permitiu a descolagem completa dos mecanismos de enleio – muito poderosos – do sistema mundial capitalista, nem permitiu libertar-se da especialização herdada do passado. Embora mais de 80% do comércio exterior da ilha fossem efectuados com o CAEM, o recurso aos países capitalistas para as importações de tecnologias não praticadas na URSS ou nos países seus aliados continuava necessário e expunha ao risco de bloqueio de segmentos do aparelho produtivo (Herrera,2005,2006). Cuba tinha ainda de escoar uma parte da sua produção para o mercado “livre” do açúcar onde ela conduziu é verdade uma “guerra” económica contras as oligarquias latino-americanas, mas fazia-o sempre no terreno (mercado) e com as armas (preços) dos seus adversários. Ela teve por isso de contrair dívidas aos bancos dos países capitalistas. Nunca o desenvolvimento cubano foi totalmente autónomo no seio do sistema capitalista mundial – nem aliás em relação à URSS.

Apesar destes constrangimentos e de certas insuficiências as estratégias da revolução permitiram abrir largos espaços à economia nacional para realizar avanços sem dúvida consideráveis. O facto de Cuba se ter mantido no lugar de primeiro exportador mundial de açúcar até 1989 – e que todas as margens de manobra não tenham sido utilizadas para diversificar as produções - não pode fazer esquecer que a agricultura do país registou transformações positivas com a revolução. Entre elas: a eliminação da propriedade latifundiária, contrária à

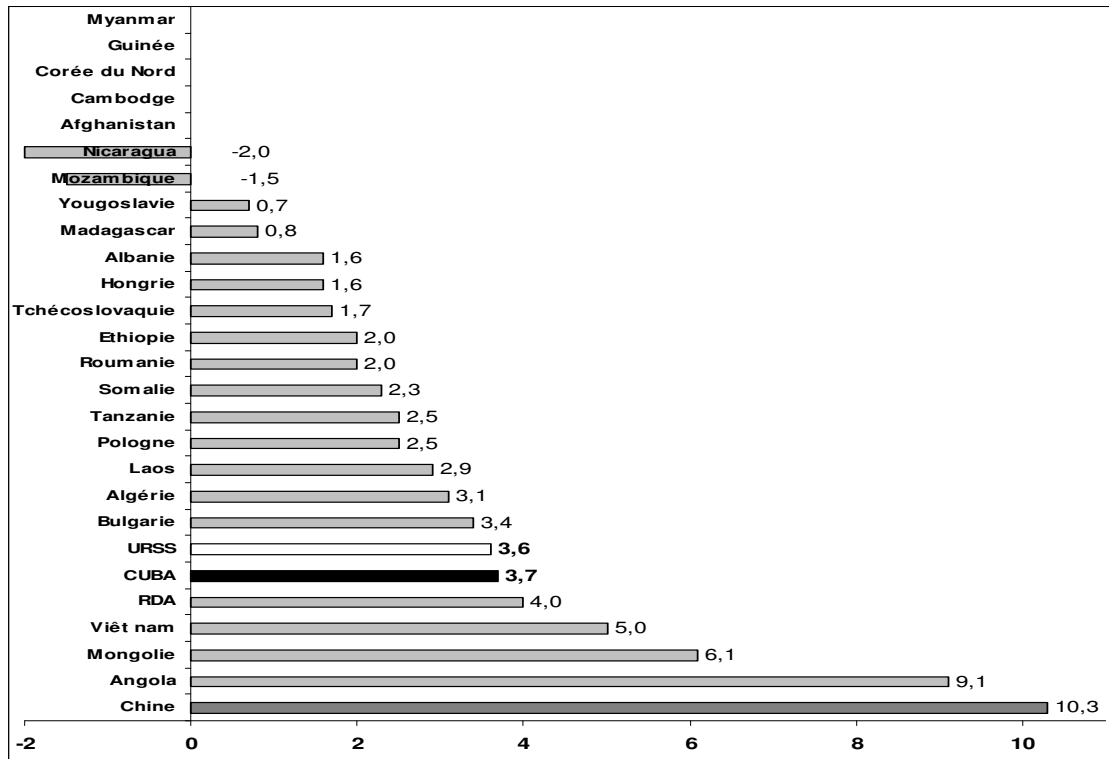
igualdade e ineficaz; uma utilização das terras mais equilibrada e completa; o desenvolvimento das infra-estruturas rurais (irrigação, drenagem, limpeza de lixo ...); a mecanização das culturas e das colheitas; o emprego de adubos; a incorporação de inovações tecnológicas graças a um sistema de pesquisa científica construído paulatinamente; a gestão racional – ainda que imperfeita – dos recursos naturais (repovoamento florestal) e da sua distribuição (água potável em zonas rurais); uma qualificação da força de trabalho; a humanização das condições de trabalho e a melhoria das condições de vida dos camponeses... Novos sectores de actividade, insignificantes antes da revolução foram apoiados : a avicultura, a suinicultura, a cultura de adubos para a exportação, segmentos da indústria agro-alimentar, a pesca...

**Figura 5. Rendimento nacional *per capita* nos países de economia planificada em 1987-1988**  
(base 100 na URSS)



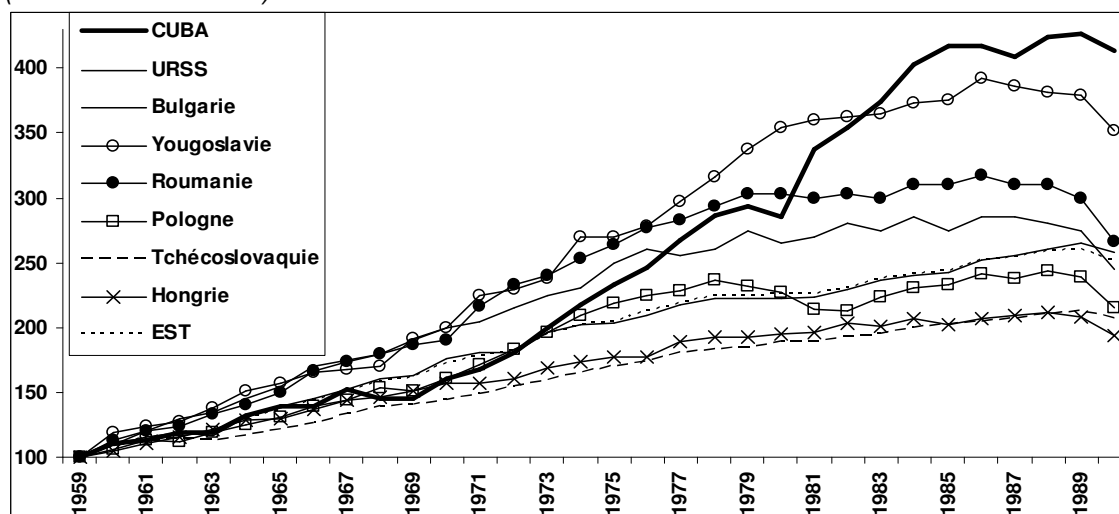
Fonte :: Banco mundial (1992).

**Figura 6. Taxa de crescimento médio do PIB dos países de economia planificada nos anos 1980**  
(em percentagem)



Fonte : Banco mundial (1992).

**Figura 7. Evoluções dos níveis de PIB comparados Cuba-Europa de Leste de 1959 à 1990**  
(base 100 mn 1959)



Fonte : Cálculos do autor, segundo Maddison (1995).

Mas foram os progressos da indústria que, até 1989, se revelaram os mais notórios. Foram construídas novas centrais e refinarias ultramodernas para transformar o açúcar localmente; foram mecanizados o transporte da cana e a manutenção do

açúcar. Entre 1959 e 1989 o sector açucareiro registou um crescimento das suas produções de mais de um terço em relação ao período de 1940-1958 (6,525 contra 4,697 milhões de toneladas em média). A integração agro-industrial foi favorecida em particular pela fabricação de equipamentos e de materiais agrícolas (máquinas ceifeiras para a cana de açúcar...) e o controle nacional, parcial, do abastecimento em fertilizantes e pesticidas, em vacinas e medicamentos veterinários, produtos industriais (caixas de ferro e arames) e energéticos (rações de bagaço para gado, caules da cana de açúcar para suco), víveres... A exploração de produtos derivados da cana foi impulsionada graças à biotecnologia e numerosas instalações foram equipadas de modo a utilizarem resíduos e subprodutos da *zafra*. Condição *sine qua non* da industrialização, foi desenvolvida, integrada e alargada a base energética da economia. Em 1989, 95% do território nacional estava electrificado. As infra-estruturas beneficiaram de investimentos de grande amplitude: a extensão da rede rodoviária asfaltada, reactivação da rede ferroviária, construção de aeroportos... A indústria do níquel viu as suas capacidades alargadas e modernizadas. Em 1989, tinham sido implantados segmentos de uma gama bastante larga de indústrias: siderurgia, produções diversificadas de bens de equipamento, de máquinas, de peças soltas (para a agricultura, a indústria, a construção, os transportes, a pesquisa médica...), produção de bens de consumo... Este desenvolvimento da base industrial do país contribuiu para residir sensivelmente, pelo menos em certos sectores, a dependência em relação aos fornecimentos do estrangeiro.

Um dos sucessos da política industrial da revolução foi sem dúvida a constituição de um complexo farmacêutico e biotecnológico de alta qualidade – e de prestígio mundial. Desde o fim do decénio 1980, os seus clientes já não se limitavam aos programas nacionais de saúde pública (satisfazendo 85% da procura doméstica de medicamentos) para se estender também à exportação. Em 1990 eram comercializados no mundo mais de 200 produtos farmacêuticos e biotecnológicos cubanos. A maturidade adquirida por este sector nos anos 1980 assegurou a Cuba um controle (quase) completo da integração ciência-produção-serviços – da pesquisa fundamental sobre a produção dos meios de produção, da organização do trabalho ao marketing – relativamente a um número significativo de fabricos industriais de bens derivados de descobertas científicas cubanas. A partir da segunda metade dos anos 1980, foram também feitos importantes progressos em electrónica. O terceiro plano (1986-90) apoiou o desenvolvimento da produção de uma gama relativamente variada de produtos: semicondutores (fruto da pesquisa em Cuba e exportados para a RDA), elementos de microcomputadores (com os respectivos serviços) programas de aplicações (logiciais de planificação, gestão de infra-estruturas, formação, pesquisa...) écrans e teclados (destinados ao CAEM e à procura nacional), equipamentos médicos, telecomunicações (centrais, cabos, fibras), automatização industrial, motores e instalações eléctricas, baterias e pilhas, aparelhos de ar condicionado, frigoríficos, televisores, componentes diversos para o fornecimento da indústria eléctrica (Cuba, 1986)...

Este balanço bastante favorável não pode no entanto omitir as insuficiências e deficiências que persistiam na economia cubana pelos fins do decénio de 1980 – para além da sua dependência estrutural. Na agricultura os progressos observados em certas produções (arroz, batatas e tubérculos, legumes...) não impediram a insuficiência global para satisfazer a pesquisa doméstica. O crescimento agrícola

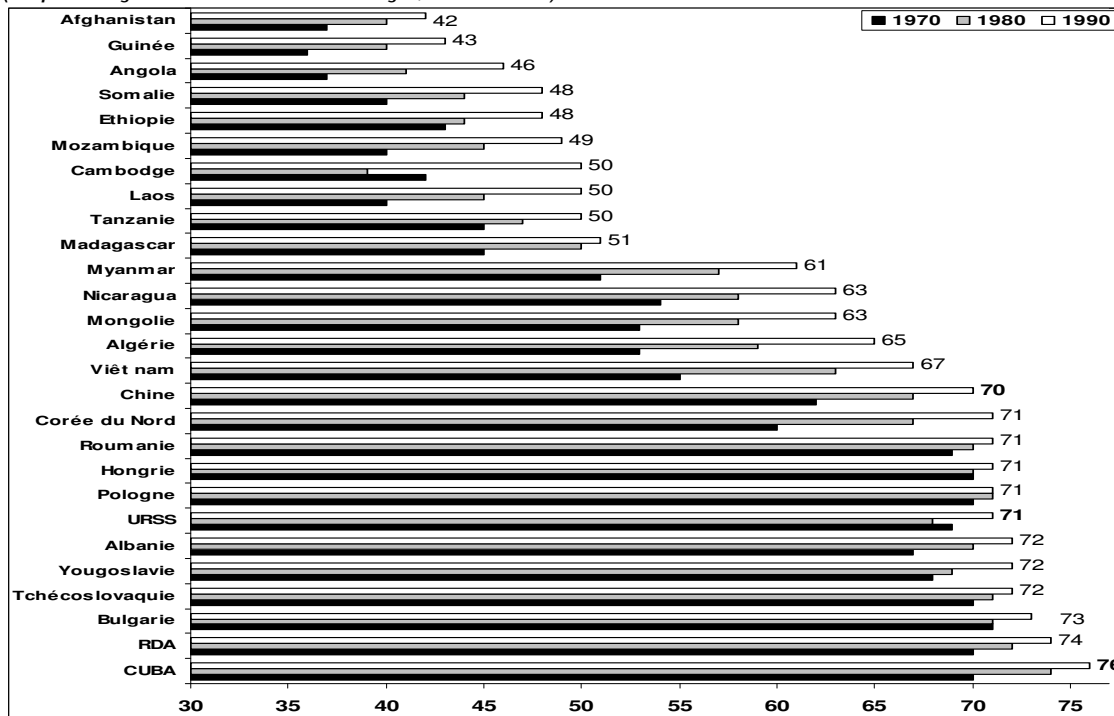
caracterizava-se por uma utilização extensiva dos recursos, mais do que intensiva (mais terras postas em cultura, máquinas e produtos químicos utilizados...). Nestas condições a tendência dos rendimentos agrícolas era para progredirem em regra menos rapidamente que os investimentos – incluindo no sector do açúcar. O processo de industrialização do país continuou incompleto, as fraquezas mais flagrantes situaram-se em certos pontos: dinâmica anémica das exportações industriais, atraso na indústria química em relação aos outros ramos, falhas na realização dos investimentos (custos, prazos de entrada em funções, rentabilidade...), subutilização das capacidades das fábricas de grande porte, consumos energéticos excessivos em numerosos sectores (superiores às das indústrias europeias ou japonesas e mesmo em certos casos dos Estados Unidos), integração nacional inter-empresas incompleta, qualidade por vezes insuficiente dos produtos, máquina burocrática pesada... No domínio monetário o dólar não desapareceu totalmente durante a revolução. Uma das razões foi a existência de *diplotiendas* (armazéns em divisas destinados aos diplomatas e não residentes). Mas os seus circuitos estavam limitados a alguns segmentos do sector informal, alimentados pelo envio clandestino de dólares pelos cubanos emigrados aos seus parentes. A posse de divisas continuava porém proibida em Cuba até 1993.

Reconhecer estas manifestas fraquezas e insuficiências presentes na economia cubana bem como a dependência persistente do país em relação ao exterior é uma constatação da história; manter as relações da ilha com a URSS num “pacto neo-colonial” sob a cobertura do socialismo parece-nos em troca derivar de uma posição claramente ideológica. As relações com a URSS que Cuba entreteve durante 30 anos não tinham grande coisa a ver com aquelas que a ligaram aos Estados-Unidos durante seis decénios. Os Soviéticos não possuíam nenhum dos meios de produção cubanos nem eram proprietários da menor parcela de terra na ilha. Mesmo se não chegou nunca a auto-centrar-se o desenvolvimentos da ilha sob a moldura de um progresso socioeconómico global destinado a satisfazer as necessidades fundamentais do povo e não como um simples crescimentos das exportações e dos lucros dirigidos para o centro, não começou verdadeiramente senão em 1959. A ajuda soviética, maciça em matéria financeira e técnica e decisiva no plano militar, não pode fazer esquecer que o socialismo não foi importado nem imposto a Cuba. Foi sim o produto de um processo interno de radicalização das lutas e da convergência das diferentes forças progressistas no sentido de uma emancipação social e nacional. Obviamente a ilha não era um país desenvolvido em 1989.



**Figura 8. Esperança de vida nos países de economia planificada em 1970, 1980, 1990**

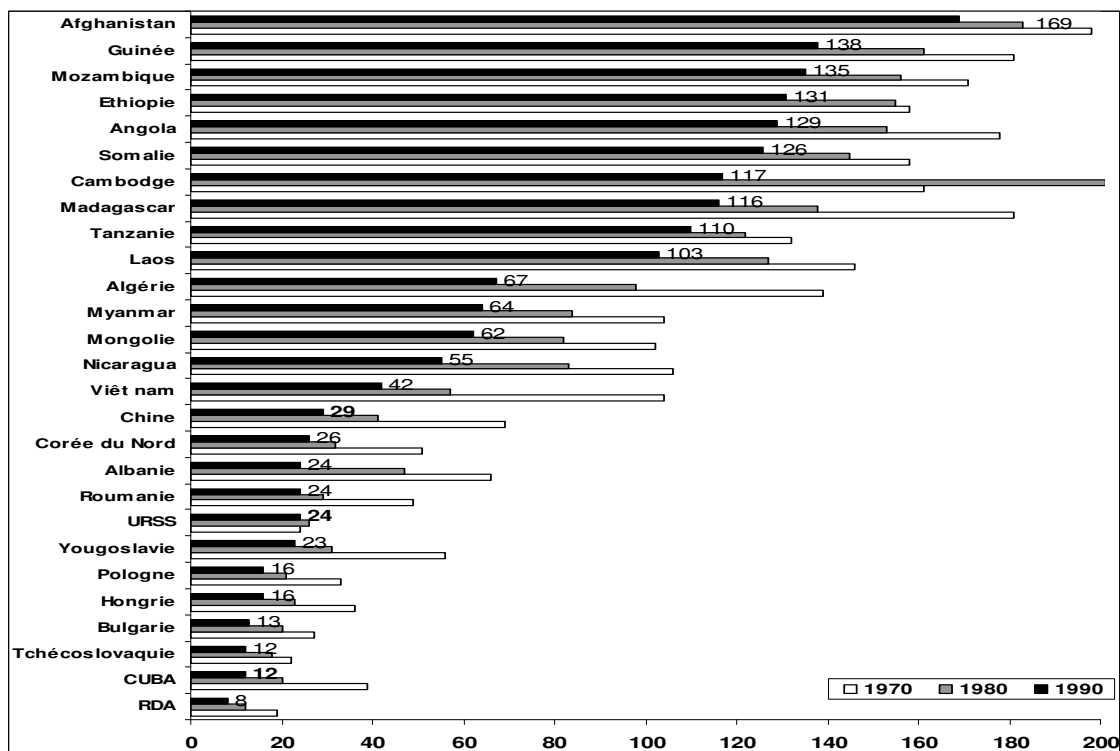
(esperança de vida à nascença, em anos)



Fonte : Banco mundial (1992).

**Figura 9. Taxa de mortalidade infantil nos países de economia planificada em 1970, 1980 et 1990**

(número de crianças de menos de um ano em 1000 nascimentos com vida)



Fonte : Banco Mundial (1992).

A ruptura com o neo-colonialismo situou-se sempre no limite das estruturas legadas – as da especialização açucareira – e sob as pressões que continuava a exercer o sistema mundial capitalista. Mas não é menos verdade que as transformações operadas pela revolução foram radicais. A cooperação com a URSS conferiu segurança a trocas vantajosas, garantiu o aprovisionamento em petróleo, inverteu o sentido das transferências de mais valias na balança de pagamentos, parou o processo de industrialização que caracterizou a história pré-revolucionária do país durante um longo período. Porque foi a propriedade nacional dos meios de produção que comandou a acumulação, controlou as importações, dirigiu a repartição, apoiou uma industrialização decerto só parcialmente articulada mas adaptada às condições de um pequeno país dotado de recursos naturais reduzidos e tornou possível o esboço de uma alteração das vantagens comparativas para as exportações de forte valor acrescentado (medicamentos, biotecnologias, máquinas, componentes electrónicos...).

Se se podem censurar certos excessos da opção açucareira ou as reais insuficiências da diversificação, torna-se difícil negar que durante 30 anos a economia inteira foi posta ao serviço da edificação de um sistema de segurança social cujas realizações são internacionalmente reconhecidas e de uma redistribuição do rendimento que permitiu a redução das desigualdades e a homogeneização da sociedade. Os sucessos de Cuba são tais que o país apresentava, no fim dos anos 80, indicadores sociais (esperança de vida, mortalidade infantil) melhores que os da maior parte dos outros países de economia planificada (Figuras 8 e 9). Os dados fornecidos pela FAO em 1990 provam que Cuba se encontrava à cabeça do continente latino-americano em termos de

alimentação (disponibilidade quotidiana em calorias) enquanto os do PNUD a classificavam em quarto lugar ente 30. As bases do sucesso em matéria de pesquisa científica foram lançadas desde os anos 1960 pela campanha de alfabetização (1961) depois pela consolidação do sistema gratuito educativo, igualitário e desembaraçado de discriminações. O voluntarismo científico cubano foi ilustrado em 1985 pela descoberta da vacina contra a meningite – a primeira no mundo contra esta doença, e primeira vacina descoberta e produzida num país do Sul e administrada ao Norte. Os laboratórios cubanos comercializam uma gama de vacinas, concebido na ilha, contra a hepatite, o tifo, a leptospirose, a cólera, pneumonias na criança... Progressos foram realizados em matéria de interferência, de genética médica, de imunologia molecular (protocolos contra o câncer), tratamento do colesterol ou da SIDA (em curso de testes clínicos), de cuidados de doenças mentais...

### **A crise dos anos 90 : choque exterior, “período especial” e recuperação**

A derrocada do soviétismo mergulhou a economia cubana numa crise gravíssima. A sua amplitude não pode ser comparada na história senão com a crise dos anos 30. Mas as respostas dos governos cubanos nas duas épocas foram muito diferentes em termos de ajustamento. A prioridade da Cuba neo-colonial foi restabelecer as capacidades de exportação em 1930 para responder à procura nos Estados Unidos. A revolução pelo contrário tomou a opção nos anos 90 de maximizar as entradas de divisas para aumentar as capacidades de importação e garantir as necessidades da população e as condições da retoma. O desmantelamento do CAEM, no seio do qual as trocas exteriores de Cuba eram protegidas, provocou uma queda brutal das exportações (-79%) e das importações (-73%) entre 1990 e 1993 – ponto baixo da crise. Seguiram-se fortes baixas do investimento e do consumo, amplificadas pelo embargo e o agravamento da dívida exterior. A produtividade afundou-se e finalmente, o PIB desceu a -35% em volume entre 1989 e 1993. O défice orçamental alargou-se sob o efeito da deterioração das contas das empresas públicas, mas sobretudo pelo efeito da vontade política de preservar tanto quanto possível e apesar da escassez de recursos, a essência do modelo socialista e a coesão social, limitando a degradação do emprego, dos salários, das distribuições alimentares e dos sistema de ajuda social. A liquidez cresceu traduzindo fortes tensões inflacionistas. O valor do peso enfraqueceu.

Foi neste contexto de extrema degradação que o governo encetou uma série de reformas nos anos 1990. Cuba entrava no “período especial”. Face aos desequilíbrios e disfuncionamentos macro e micro-económicos a resposta à crise consistiu num primeiro tempo (1990-93) em resistir ao choque exterior repartindo ao máximo o custo do ajustamento e da restrição da oferta; num segundo tempo (1993-96) em reactivar as forças produtivas ligadas ao sector externo para uma reinserção tão rápida e favorável quanto possível na economia mundial; e num terceiro tempo (1997-2000) em melhorar a eficiência para desapertar o constrangimento externo. As medidas chave consistiram em dotar a economia de novos motores de crescimento capazes de substituir o sector açucareiro, bastante cansado, para gerar divisas. As entradas de capitais associadas ao turismo, aos investimentos estrangeiros directos e ao envio de divisas do exterior permitiram restabelecer o

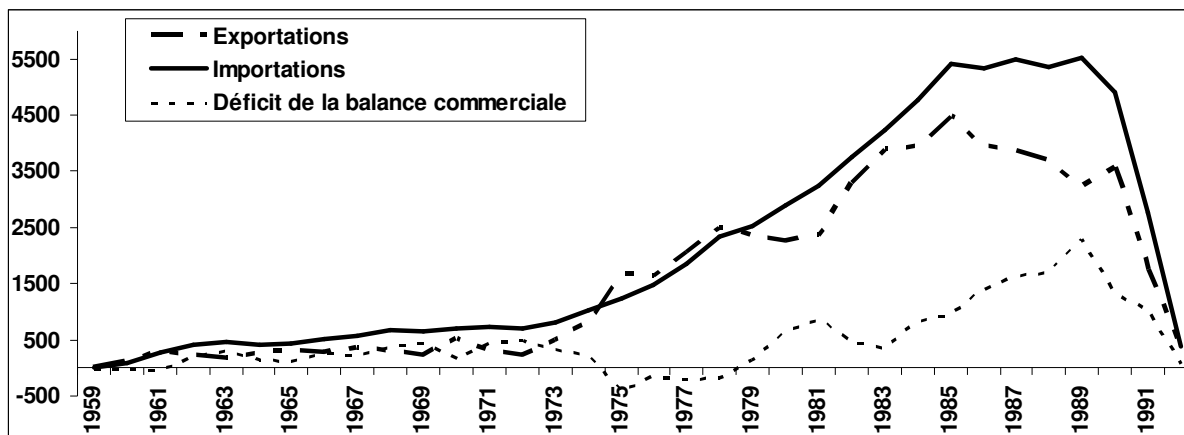
crescimento. Contrariamente ao que se passava na maior parte dos países do bloco soviético, a recuperação cubana foi efectiva desde 1994 (*Figuras 11 e 12*).

O turismo, principal fonte de rendimentos externos (4% das divisas colectadas em 1990, 40% em 2003), tornou-se o sector prioritário desta estratégia e uma das chaves do seu sucesso. O ritmo anual do acréscimo do número de turistas roça os 20% desde 1989 e o das receitas gerais os 30% (alojamento, gastronomia, comércio, transportes, lazeres...). Estas evoluções não têm equivalente nas Caraíbas. Cujas é agora o terceiro destino procurado na região, depois da República Dominicana e Porto Rico. O limiar dos dois milhões de visitantes foi ultrapassado pela primeira vez em 2004. O dinamismo deste sector também contribuiu para reequilibrar as contas externas correntes, mas também estimulou a economia em particular a indústria manufacturera, a agro-alimentar e a construção... A oferta dos produtores nacionais cobre hoje mais de dois terços da procura do sector turístico e as substituições de importações progridem. Foram registadas mais de 400 sociedades mistas ou ligadas ao capital para um total de investimentos directos estrangeiros de mais de 4,5 milhares de milhões de dólares em 2000. Uma trintena de ramos atraíram estes capitais estrangeiros que se concentram no entanto no turismo, níquel, petróleo, telecomunicações. Os envios de divisas vindos do exterior cuja avaliação é delicada, ultrapassaram 500 milhões de dólares em 2000. A estrutura da balança de pagamentos e os métodos de reequilíbrio dos saldos mudaram profundamente em poucos anos, assim como a composição (e evidentemente a geografia) das exportações de bens do país.

Esta reorientação estratégica tinha sido preparada e esboçada desde 1988. A sua aplicação, com as mudanças de políticas económicas, as novas formas institucionais e as reestruturações da produção que implicava não foi porém impulsionada senão durante o período especial. A sua necessidade impunha-se à revolução. O essencial é entender que estas reformas foram promovidas, ao contrário das transições no ex-bloco soviético, sem o regresso ao capitalismo; em Cuba não há mercado financeiro, nem acumulação de capital privado ou assalariados privados; nem mesmo privatização ou encerramento de escolas ou hospitais como na China ou no Vietname. A planificação cubana passou de um modelo altamente centralizado fundado sobre equilíbrios materiais a um sistema no qual empresas e colectividades locais assumem maior participação, na base de mecanismos financeiros e em função dos rendimentos em divisas. E o facto é que as diferenças entre as evoluções da primeira metade dos anos 1990 dos seus indicadores sociais e os da Rússia são impressionantes (*Quadro 3*).

**Figura 10. Trocas e saldo da balança comercial entre Cuba e a URSS de 1959 a 1991**

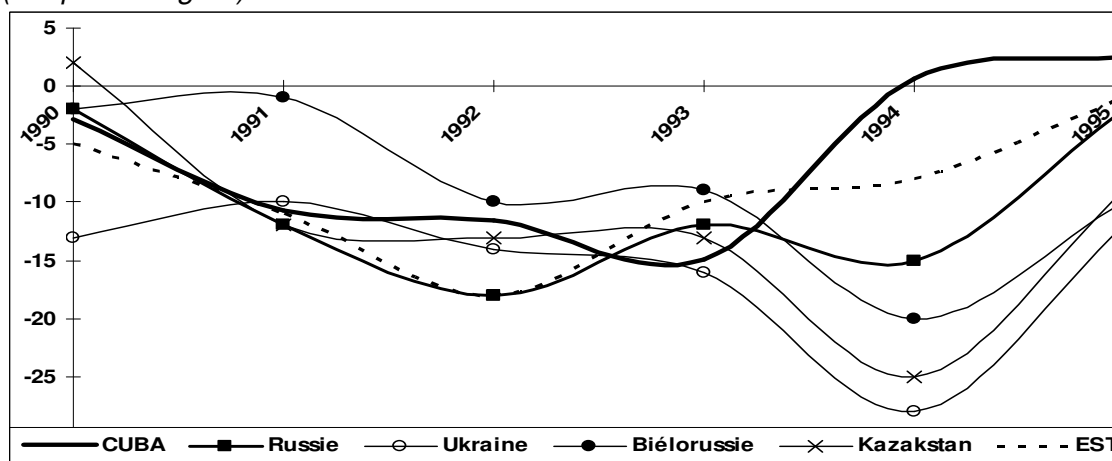
(em milhares de milhões de pesos)



Exportations = exportações ; Importations = importações ; Déficit de la balance commerciale = déficit da balança comercial

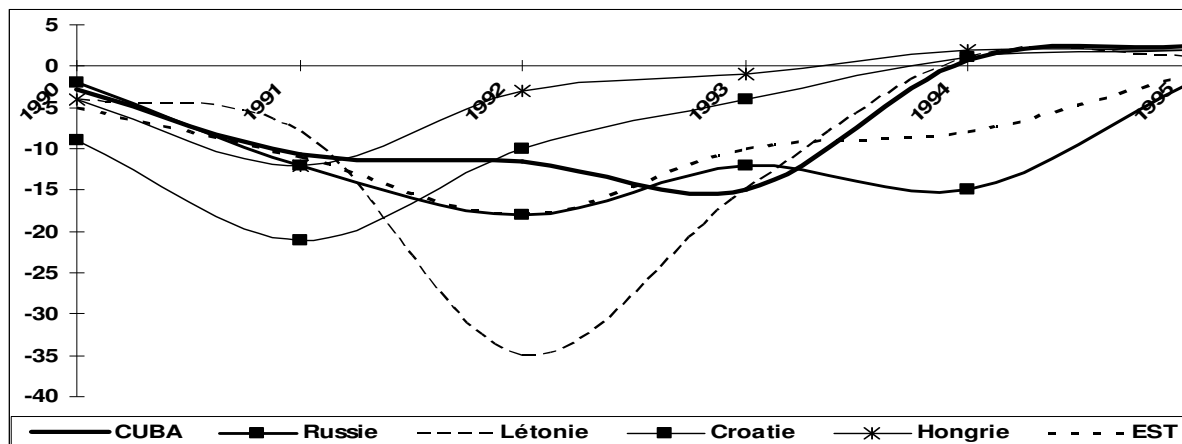
Fonte : Mesa-Lago (1994).

Figura 11. Comparação das taxas de crescimento do PIB : 1990-1995, Cuba e países do Leste (I)  
(em percentagem)



Fonte : Cálculos do autor, segundo Piñeda Bañuelos (2001) e ONE (diversos anos).

Figura 12. Comparação das taxas de crescimento do PIB : 1990-1995, Cuba e países do Leste (II)  
(em percentagem)



Fonte : Cálculos do autor, segundo Piñeda Bañuelos (2001) e ONE (diversos anos).

**Quadro 3. Comparação dos efeitos dos ajustamentos à crise nos anos 1990 : Rússia e Cuba**

|  | Rússia           | Cuba  |
|--|------------------|-------|
| <b>Esperança de vida dos homens em 1990 (em anos)</b>              | 63,8             | 72,9  |
| <b>Esperança de vida dos homens em 1994 (em anos)</b>              | 57,3             | 73,6  |
| <b>Esperança de vida das mulheres em 1990 (em anos)</b>            | 74,3             | 76,5  |
| <b>Esperança de vida das mulheres em 1994 (em anos)</b>            | 71,1             | 76,9  |
| <b>Taxa de mortalidade infantil em 1990 (por 1000 nascimentos)</b> | 17,4             | 11,1  |
| <b>Taxa de mortalidade infantil em 1993 (por 1000 nascimentos)</b> | 19,9             | 9,4   |
| <b>Taxa bruta de nascimentos em 1993 (por 1000 habitantes)</b>     | 9,6              | 16,9  |
| <b>Taxa bruta de mortalidade em 1993 (por 1000 habitantes)</b>     | 15,7             | 6,8   |
| <b>Taxa de crescimento da população 1990-2000 (em %)</b>           | -0,3             | +0,6  |
| <b>Taxa de crescimento médio do PIB 1990-2000 (em %)</b>           | -5,1             | -1,9  |
| <b>População em 1990 (em milhões de habitantes)</b>                | 148,3            | 10,7  |
| <b>População em 2000 (em milhões de habitantes)</b>                | 145,5            | 11,3  |
| <b>Número de habitantes por médico em 1994</b>                     | 224              | 202   |
| <b>Nutrição por dia em 1994 (em calorias)</b>                      | 2.427 < x < 3386 | 2.833 |
| <b>Acesso à água potável em zonas urbanas em 1994 (em %)</b>       | 77               | 93    |
| <b>Acesso à água potável em zonas rurais em 1994 (em %)</b>        | 65               | 85    |
| <b>Coeficiente de Gini em 1990</b>                                 | 0,256            | 0,25  |
| <b>Coeficiente de Gini em 1994</b>                                 | 0,412            | 0,38  |
| <b>População abaixo da linha de pobreza em 1990 (em %)</b>         | 10               | 6,3   |
| <b>População abaixo da linha de pobreza em 1993-96 (em %)</b>      | 23 < x < 35      | 14,7  |

Fontes : FMI (1995), Banco mundial (1995), OCDE (1995a), ONE (anos variados).

Ainda que o igualitarismo da sociedade cubana não tenha saído intacto – as desigualdades aumentam durante o período especial, pela primeira vez desde 1959

– a estratégia de *recuperación* posta à prova atingiu em parte os seus objectivos: a economia endireitou-se e os níveis de produção de 1989 estão hoje ultrapassados. Muito chocada pela ressurgência destas desigualdades a sociedade cubana todavia não se desagregou. Os pilares do sistema social, abalados, continuam de pé: educação e saúde gratuitas, empregos e reformas assegurados a todos, serviços sociais (electricidade, água, telefone, transporte, alojamento...) e consumo de base (*libreta* alimentar) garantidos pelo Estado a preço módico... Um estudo estatístico detalhado dos indicadores sociais fornecidos por organizações internacionais revelou que Cuba conservava em 1993-95, na fase mais grave da crise da pós URSS, o seu avanço em relação aos países da América latina, relativamente a quase todos os factores do desenvolvimento humano (Herrera,2005): saúde, (segurança social, médicos, camas de hospital); educação (taxa de escolaridade, ratios alunos/professor, bolsas, sucesso nos testes internacionais, formação de adultos); igualdade (Gini, mobilidade social); protecção da criança (cuidados pré-natais, vacinas, creches, ausência de trabalho infantil); condição feminina (maternidade, índice de participação económica, política e profissional); trabalho (desemprego muito baixo); segurança (quase não existe mortalidade por homicídio, pouca delinquência); afastamento cidade/campo (infra-estruturas rurais, crescimentos da população urbana limitada, ausência de bairros da lata); cultura (bibliotecas, jornais diários, cinema); meio ambiente (reflorestamento)... A OMS indica que a mortalidade por carências nutritivas se mantém em Cuba, apesar da crise, excepcionalmente baixa – 7 vezes inferior à da Argentina, 16 vezes menos que no México... Os indicadores de subalimentação publicados em 1996 pela FAO eram duas vezes e meia inferiores aos da Costa Rica, três vezes aos do Chile...

O afluxo de capitais para Cuba permite corrigir bastante rapidamente, a partir de 1994, os desequilíbrios macroeconómicos mais graves que caracterizavam a sua economia no começo do período especial. O défice orçamental foi reduzido a 2% do PIB, em particular graças à diminuição das subvenções do Estado destinadas a cobrir as perdas das empresas públicas das quais 70% se tornaram rentáveis. A gestão racional e eficaz da liquidez convidava a um certo número de regulamentações que puseram fim ao sistema do banco único pela separação das funções de banco central, comercial e de investimento e pela instauração de uma rede desconcentrada de instituições especializadas. O controle da liquidez foi impressionante assim como o da inflação, através da diminuição dos preços dos produtos vendidos nos mercados agrícolas e informais – que no entanto se mantinham demasiado caros para o salário médio. É pois lógico que o peso se tenha revalorizado. A sua taxa de câmbio face ao dólar passou de 150 pesos no fim de 1994 para 20-22 desde 1998. Em Março de 1998 conseguiram chegar a um acordo com credores japoneses para reescalonar uma dívida de 750 milhões de dólares (70% do total da dívida comercial) por 20 anos e foram desenvolvidos os contactos com governos e bancos credores do Norte a fim de se encontrarem soluções para renegociar a dívida externa de Cuba em condições favoráveis. Mas as exportações cuja reactivação se atrasa – com excepção do níquel – apenas contribuíram fracamente para as entradas de capitais.

Ao nível micro-económico o acento tónico foi colocado sobre a melhoria do funcionamento das empresas (*proceso de perfeccionamiento empresarial*, iniciado em 1998 sobre uma magra centena de unidades, depois gradualmente generalizado

em 5 anos a mais de 2.000 empresas), a promoção de novas formas jurídicas de propriedade, diversificando os agentes económicos e a outorga de uma maior autonomia de gestão e financiamento com acesso directo ao comércio externo, uma gestão mais flexível em divisas na base de orçamentos, a introdução de novos instrumentos financeiros na sequência da reforma bancária, uma nova legislação fiscal, a informatização e a modernização da contabilidade... Estas medidas visam aumentar a eficiência e tendem para formas mais intensivas da criação de valor, graças à elevação da produtividade do trabalho (Figura 13), uma baixa da intensidade energética e uma melhor utilização dos meios de produção. Elas foram aplicadas sem pôr em causa o pleno emprego – a taxa de desemprego passou de 7,6% em 1995 a 2,3% em 2003 – nem abrandamento do investimento. Os rendimentos deste eram de resto acrescidos por um esforço de extensão e de modernização das infra-estruturas.

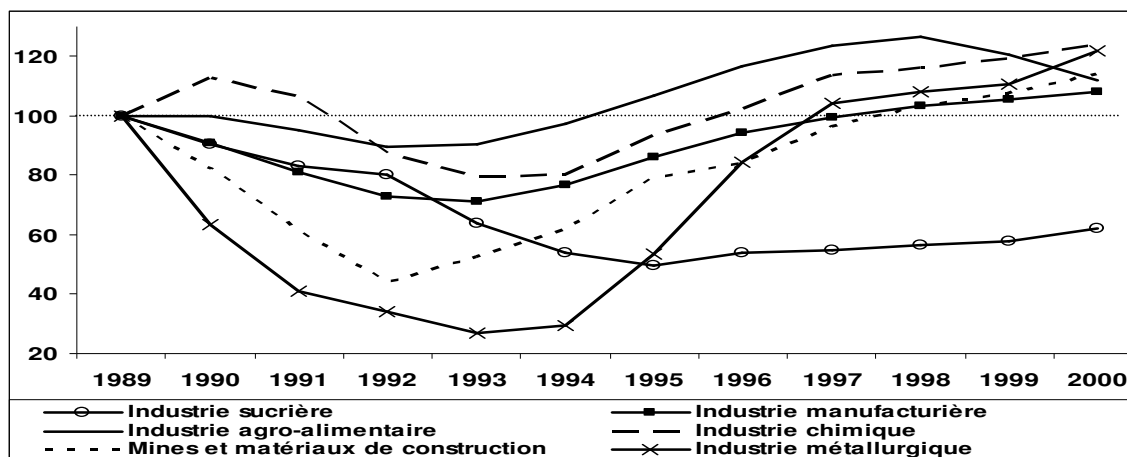
### **Da dolorização à desdolarização : o jogo da soberania monetária**

A dolarização, parcial e temporária, da economia cubana é um fenómeno muito complexo e totalmente original (Herrera e Nakatani, 2004, 2005). Porque o facto é que os novos motores da balança de pagamentos cubana (turismo, investimentos estrangeiros e envio de divisas) eram também vectores da dolarização. Esta última, consequência directa da grave crise atravessada depois do desaparecimento do bloco soviético, foi decidida pela despenalização da detenção de divisas (Agosto de 1993), a abertura de contas em divisas, a autorização em receber dólares provenientes do estrangeiro (*remessas*) e a criação de armazéns do Estado em dólares (*tiendas de recuperación de divisas*). Também se manifestou sobre o território cubano pela circulação simultânea de três moedas: 1) o peso cubano, moeda nacional, tornado inconvertível desde 1959; 2) o dólar dos Estados Unidos que se impôs de facto sobre as outras divisas; e 3) o peso convertível, equivalente interno do dólar que, como medida do valor, exprime o nível e a dinâmica da produtividade dos factores nos Estados Unidos em relação ao resto do mundo. Esta multiplicidade de moedas, associada a um duplo sistema de câmbio (uma taxa oficial de 1 peso por 1 dólar e uma taxa semioficial de cerca de 26-27 pesos por dólar) traduzia uma compartimentação da economia em circuitos monetários distintos, estanques, mas interligados, no seio dos quais os níveis e as estruturas de preços de bens e de serviços similares podiam ser diferenciados (*Figura 14*).

### **Figura 13. Produtividade de trabalho por sector económico em Cuba de 1989 à 2000**

(base 100 em 1989)



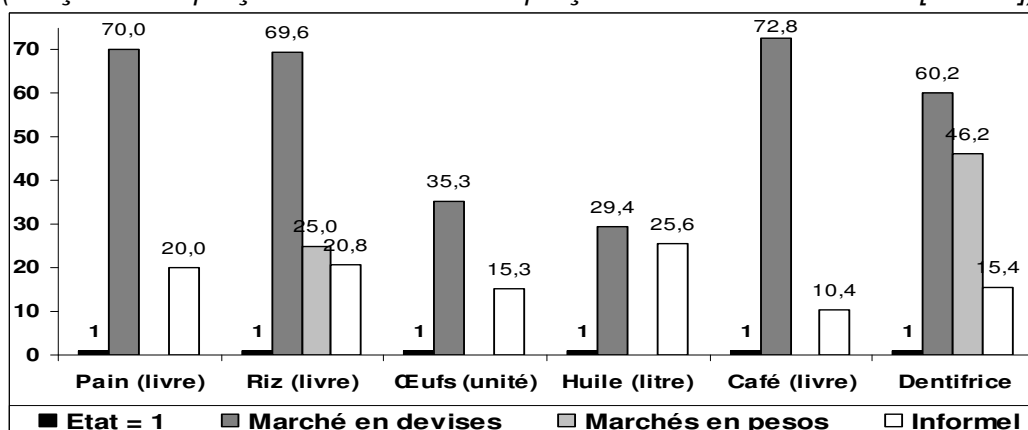


Industrie sucrière = Indústria açucareira ; Industrie agro-alimentaire = Indústria agro-alimentar ; Mines et matériaux de construction = Minas e materiais de construção ; Industrie manufacturière = Indústria manufactureira ; Industrie chimique = Indústrias química ; Industrie métallurgique = Indústria metalúrgica

Fonte : García Hernández *et alii.* (2003).

Figura 14. Comparação entre os preços de produtos de consumo corrente em Cuba em 2000

(relação entre preços de mercado e os preços da "libreta" do Estado [base 1])



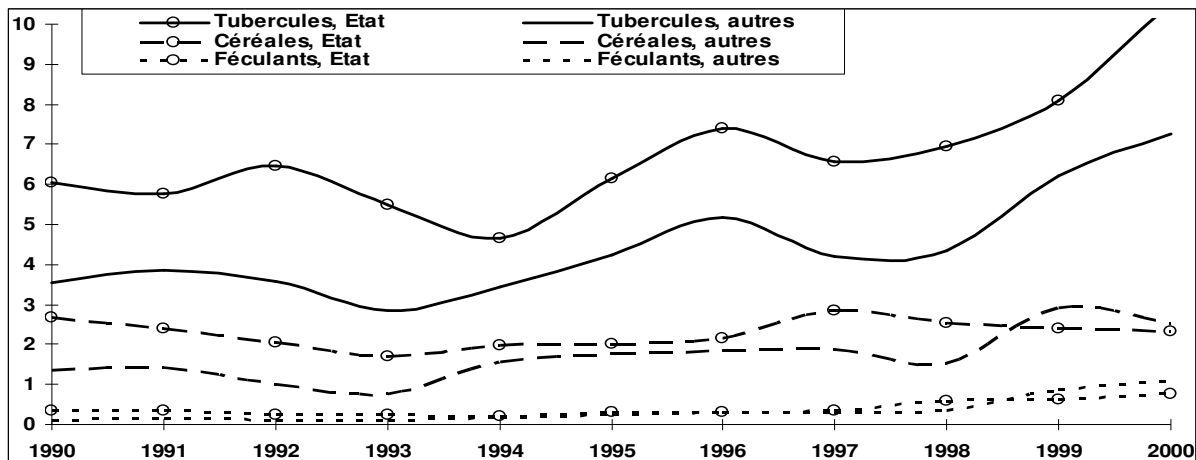
Pain = Pão ; Riz = Arroz ; Œufs (unité) = Ovos (unidade) ; Huile (litre) = Azeite (litro) ; Café (livre) = Café (livre) ; Dentifrice = Dentífrico

Etat = Estado ; Marché en devises = Mercado em divisas ; Marchés en pesos = Mercados em pesos ; Informel = Informal

Fonte : Piñeda Bañuelos (2001).

Figuraa 15. Rendimentos agrícolas de 1990 à 2000 : tubérculos, cereais, feculentos

(em múltiplos de unidades por hectare)



**Tubercules, Etat = Tubérculos, Estado ; Céréales, Etat = Cereais, Estado ;  
Féculants, Etat = Feculentos, Estado ; Céréales, autres = Cereais, outros ;  
Féculants, autres = Feculentos, outros**

Fonte : : ONE (diversos anos).

Os termos técnicos que descrevem a dolarização encerram realidades distintas, porque aquela que foi aplicada até há pouco em Cuba tem muito pouco a ver com a que vigora nos países latino-americanos capitalistas numa óptica neo-liberal para estabilizar o seu regime de trocas. Cuba era de resto durante este período menos dolarizada do que certas outras economias do continente onde todavia o dólar não circula mas cuja política monetária não dispõe de nenhuma autonomia em relação aos Estados Unidos. Os países do Sul e do Leste sofreram graves crises financeiras nos últimos tempos muitas vezes provocadas por saídas de capitais e ataques especulativos nos mercados financeiros internacionais. Daí fortes pressões no sentido da desvalorização das suas moedas, modificações dos preços relativos internos, aumento das taxas de juro traduzindo por conseguinte o peso da dívida externa e pondo em causa as condições de crescimento e as próprias bases da soberania da política económica. Para além do debate taxas de câmbio fixas ou flutuantes, a dolarização está muitas vezes presente face à liberalização dos movimentos de capitais a título de solução contra a instabilidade dos câmbios. Ela permitiria ultrapassar os constrangimentos de câmbios suprimindo o dilema do regime a adoptar. Na realidade a dolarização está longe de constituir a panaceia para as economias periféricas dependentes. As experiências recentes na Argentina, no Equador ou no Panamá demonstram que ela não garante a estabilidade nem dos preços internos, nem da balança de pagamentos e que ela ainda menos assegura o crescimento, a diminuição do desemprego ou o recuo da pobreza. Ao contrário dos países latino-americanos, a dolarização teve por finalidade em Cuba fornecer ao Estado os meios de prosseguir as suas intervenções sociais, amortecendo os efeitos da crise. Mas as reformas monetárias distinguiram-se igualmente conduzidas em países todavia sob a égide de partidos comunistas (China e Vietname), porque o Estado cubano conservou sempre a impulsão da acumulação de capital que escapou ao sector privado através de uma estrutura de propriedade dos meios de produção largamente dominada pela forma pública. Em Cuba a dolarização não implicou nenhuma liberalização financeira ao invés das “transições asiáticas”.

A dolarização de 1993 foi claramente sofrida pela revolução como uma situação de facto ligada à desapareção dos seus antigos mercados externos, mas sobretudo integrada no coração de um conjunto de reformas as quais admitiam provisoriamente os mecanismos de mercado, mas regulamentando-o firmemente. A penetração destes mecanismos na ilha é irrefutável, mas foi muito mais limitada que no Vietname e, sobretudo, que na China. Os poderes públicos cubanos, constrangidos a aceitar uma dolarização parcial, utilizaram-na na verdade para aplicarem a sua estratégia de recuperação. E o processo foi bastante bem dominado. Graças a ele, o Estado atingiu com efeito, parcialmente, os seus objectivos de aumentar os fluxos de entrada de divisas, reduzir os desequilíbrios externos e assegurar a retoma, deslocando pouco a pouco o centro de gravidade da economia do sector açucareiro para o do turismo e reforçando a tendência de chegar à auto-suficiência energética para se manter em condições de preservar, tanto quanto possível, o sistema social cubano.

O que importa é compreender que a manutenção deste sistema social se deve, em parte, à instauração de um dispositivo de transferências intersectoriais utilizando a existência das duas taxas de câmbio em vigor: uma certamente sobrevalorizada (taxa oficial), a outra verosimilmente subvalorizada (semioficial). As subvenções directas do Estado às empresas públicas, reduzidas, foram em larga medida substituídas por um dispositivo de perequação inter-empresas. As empresas do sector chamado “emergente” (turismo, *joint ventures*) beneficiam prioritariamente dos investimentos do Estado e de uma grande autonomia de gestão. Em contrapartida elas drenam para o Estado rendimentos em dólares, seja transferindo os excedentes das suas balanças-divisas para a Caixa Central das divisas, seja colectando os salários em dólares dos empregados (pagos em pesos), seja por via fiscal. Marcada pelo fim do monopólio de Estado no comércio externo, a dolarização implicou a concorrência da produção das unidades locais com os bens importados a preços mundiais. A indústria açucareira, sector de exportação historicamente dominante, contribuiu também para drenar dólares, mas sem dispor da mesma liberdade na utilização destes. A sua evolução continua controlada pelo Estado para dominar da melhor maneira a orientação dos factores de crescimento para os novos motores económicos. O sistema foi concebido de modo que as entidades tradicionais do Estado (segurança social, alimentação, infra-estruturas...) possam financiar as suas aquisições de materiais em divisas comprando dólares graças a pesos ao câmbio oficial de 1 para 1, e possam fornecer à população o grosso da sua produção gratuitamente (educação, saúde...) ou a preços extremamente baixos (alimentação, água, gás, electricidade, transportes, cultura...).

Com a retoma a taxa de câmbio do peso, fortemente depreciada em 1994 (a 95 pesos contra o dólar) se revalorizou – fenómeno aliás raro na América Latina para se estabilizar a 21 pesos de 1996 a 2001, antes de deslizar para 28 pesos em consequência da contracção da actividade turística após os atentados de 11 de Setembro voltando a 26 pesos. Desde 1996 o reforço da taxa de câmbio representava o equivalente a uma transferência de mais de um milhar de milhões de pesos dos detentores de divisas para o resto da população. Segundo as estimativas da CEPAL (1997), o valor dos haveres privados em dólares existente em Cuba era de 650 milhões no fim de 1996; outros dados avançam para 1997 o número de um milhar de milhões. Nessa data perto de metade dos cubanos possuía divisas e os

rendimentos em dólares da população provinham em 68,1% das remessas do estrangeiro, do turismo e de outros serviços, 22,2% das vendas fora do sector estatal e 1,5% de incitamentos materiais em pesos convertíveis – enquanto a estrutura dos rendimentos totais dos cubanos se decompunha como se segue: 40,9% para os rendimentos provenientes do Estado (dos quais 28,6% de salários, 6,2% das transferências da segurança social) e 59,1% de rendimentos não estatais (Ferriol *et alii.*, 1977). A dolarização tinha igualmente tido influência sobre a planificação que não foi abandonada, mas que mudou de instrumentos, de ora em diante monetários e financeiros e mais descentralizados. O sistema socialista cubano, mesmo dolarizado, era pois mais do que um simples *Welfare State* dos trópicos.

No entanto os efeitos das reformas monetárias não foram todos positivos, longe disso. A dolarização gerou uma série de consequências consideradas indesejáveis pelo governo cubano. Ela criou um preocupante fosso entre aqueles que têm e aqueles que não têm acesso a fontes de rendimentos em divisas, acarretando uma diferenciação social nova, inaceitável para as autoridades cubanas. Trabalhadores ocupados em funções indispensáveis à sociedade (operários, assalariados agrícolas, professores, médicos...) viam-se penalizados por serem pagos em pesos ao contrário das pessoas com acesso aos dólares. A estrutura igualitária dos salários e a existência de um completo sistema de serviços públicos representam o sucesso e uma das justificações da revolução. Esta arriscava-se a ser inevitavelmente desestabilizada pelo facto que uma parte dos rendimentos da população podia deixar de provir do trabalho ou de um direito social: *remesas*, conversão no mercado de trocas das casas de câmbio (*casas de Cambio*) ou no sector informal. A circulação paralela do dólar e a existência de câmbio informal em divisas tornava o fenómeno ainda mais complexo. A incitação ao trabalho e a elevação da produtividade saíam afectadas. As desigualdades eram assinaladas sobretudo na concentração dos depósitos bancários. A aparição de uma nova camada social, muito mais rica, visto que dispunha de importantes somas em divisas acumuladas, aguçava as contradições interiores. O seu desenvolvimento ameaçava consolidar as forças anti-socialistas, hostis ao projecto social concebido pela revolução. A dolarização era obviamente susceptível de criar no país uma certa instabilidade, tanto económica como política.

As ameaças que a dolarização fazia pesar sobre a sociedade cubana eram de tal ordem que as autoridades lembravam repetidamente a vontade de decidir a sua supressão desde que as condições o permitissem. A questão era desde logo de se entender sobre essas condições. Uma parte da população – a que mais directamente beneficiou da dolarização durante mais de dez anos – não estava disposta a ver encetada a desdolarização da economia; o que constituía um sério problema político para a continuidade das reformas. Mas o facto de as autoridades monetárias cubanas não terem desenvolvido um sofisticado mercado financeiro permitiu preservar de maneira realista a reversibilidade do processo de dolarização. E o facto que Cuba não fazer parte do FMI nem do Banco Mundial, e portanto não ter contraído dívidas nessas organizações internacionais nem ser constrangida a ajustamentos ditados por elas, talvez tenha paradoxalmente permitido abrir margens de manobra à economia susceptíveis de abrir a via para a recuperação. Se o

embargo as prejudica, elas existem todavia e o menos que se pode dizer é que foram judiciosamente utilizadas para a ultrapassagem de crise.

Em Julho de 2003 o governo cubano começou a restringir certas transacções em divisas anunciando que as empresas do Estado deixavam de ter autorização a recorrer aos dólares para trocas entre elas. O uso do peso convertível tornava-se então obrigatório. Nesse mesmo ano o controle dos câmbios era estabelecido nas relações com o exterior. A Resolução 80 do Banco Central de 25 de Outubro de 2004 decidiu que o dólar já não devia circular em Cuba (a partir do dia 8 de Novembro), como reacção às medidas da administração Bush que endureceram o embargo, muito particularmente em matéria de transferências financeiras. A recente modificação do sistema monetário escolheu um processo de desdolarização que concede um papel central ao peso convertível. Este último, reavaliado, substituiu o dólar e é de ora em diante obrigatório em todas as transacções comerciais internas – à taxa de câmbio de 1 para 1 com imposto de 10%. As contas bancárias em dólares continuam disponíveis e garantidas pelo sistema bancário cubano. Entretanto, as remessas de divisas a partir do estrangeiro deixam de ser aceites em dólares e não podem ser efectuadas senão depois de convertidas em outra divisa. A manutenção do peso convertível como meio de circulação permite, pelo menos transitoriamente, alterar os mecanismos das subvenções inter-empresas à medida da recuperação e da diversificação da oferta dos produtores nacionais e reforçar pouco a pouco a influência do salário pago em moeda nacional. De resto o governo acompanhou a desdolarização de uma redistribuição de rendimentos: o alargamento da gama dos bens de consumo incorporados na *libreta*, o aumento de remunerações (salários e reformas). Avanço para a instauração das condições de reunificação monetária, o processo encetado apresenta para o Estado a vantagem de estender o controle do mercado dos câmbios e da entrada e saída de divisas, assim como a de aumentar o montante de dólares recuperados pelo Banco central, reduzir o mercado negro das divisas e os desvios de mercadorias e atenuar os riscos de crises financeiras ligadas à criação de créditos em dólares concedidos pelos bancos às empresas nacionais. Cuba afirma pois a sua vontade de recuperar a plena soberania monetária.

### **Notas finais**

A despeito dos progressos da recuperação e da desdolarização, o problema principal da economia cubana, na realidade, o das contas externas deficitárias, continua longe de estar resolvido. Estes desequilíbrios persistentes da balança de pagamentos traduzem a dependência estrutural de Cuba em relação às importações devida a razões históricas e estruturais, mas indubitavelmente também a certas insuficiências de organização, de eficiência e de competitividade das empresas locais. A produtividade demasiado fraca do sector agrícola, incluindo açúcar, revelada pelos rendimentos insuficientes das principais culturas (Figura 15), sobretudo no sector privado, representa obviamente um problema estrutural da economia cubana.

Porque é na agricultura que os resultados registados desde a crise são mais decepcionantes. Mas a prova da exequibilidade das reformas a realizar no sector está na maneira como foi recentemente conduzida a reestruturação do sector

açucareiro. Apesar da amplidão da mutação – o açúcar moldou durante mais de dois séculos as estruturas da formação social cubana – a “saída” da especialização açucareira operou-se em alguns meses. Implicou uma muito larga concertação dos trabalhadores no decurso de uma série de reuniões nas quais participaram no conjunto do território nacional cerca de um milhão de cubanos. Aceleradas em 2002, estas reformas significaram concretamente o encerramento de 70 centros açucareiros; a concentração da produção nas terras e *centrales* mais eficazes (somente 71 continuaram em actividade para o açúcar propriamente dito e 14 para os subprodutos); a modernização das técnicas de gestão e a racionalização da utilização dos equipamentos; a libertação de perto de 1,3 milhões de hectares para a criação de gado ou outras culturas; e sobretudo a reconversão de 100.000 trabalhadores aos quais foram propostos, apesar das dificuldades, programas de formação e novos empregos. É forçoso reconhecer que no Norte muito poucos planos de reconversão industrial de envergadura comparável a este gozaram de uma atenção tão grande aos trabalhadores envolvidos.

Desde há 10 anos Cuba regista uma das mais fortes taxas de crescimento do PIB de toda a América Latina (superior a uma média de 4% ao ano). Em meados de 2005, graças ao muito elevado crescimento do primeiro semestre (+7,8%) e apesar da continuação da deterioração dos termos de troca e de uma sucessão de intempéries climáticas, o nível do PIB de 1989 foi enfim ultrapassado. Foram descobertas e são exploradas reservas de petróleo não negligenciáveis, relaxando o aperto desse constrangimento externo num período em que o preço do petróleo alcançou o mais alto nível da sua história (superior a 70 dólares por barril em Setembro de 2005). Mas ainda será preciso modernizar os objectivos, instrumentos e instituições da planificação em moeda nacional para esperar consolidar a recuperação das condições socioeconómicas do país. Será talvez preciso também redefinir, bastante cedo, a estratégia do desenvolvimento cubano para que a revolução continue a dominar, como sucedeu até agora, os mais visíveis dos inconvenientes associados aos novos motores da economia, em especial o turismo e os investimentos estrangeiros directos para que possa evoluir para bases produtivas e exportadoras mais modernas, mais eficazes e mais ricas em conhecimentos. As exportações que emanam dos sectores do conhecimento registaram avanços muito significativos ao longo dos últimos anos, muito em especial no que concerne os produtos biotecnológicos e farmacêuticos, os equipamentos médicos e os métodos de diagnóstico inovadores, os serviços médicos de especial complexidade e os bens informáticos de forte valor acrescentado. Mas, até agora, estas novas fontes de exportação sofreram com os efeitos do embargo dos Estados Unidos endurecido pelas leis Torricelli (Outubro de 1992) e Helms-Burton (Março de 1996) e de novo recentemente pelas decisões da administração Bush (Maio de 2004). O levantamento do embargo teria seguramente efeitos positivos muito significativos sobre as potencialidades de crescimento e de exportação da economia cubana (Herrera, 2003b).

## **Bibliografia**

Álvarez González, E. (1998), “ Cuba : um Modelo de desarrollo com justicia social “, *Cuba: Investigaciones económica*, année 4, nº 3, pp. 39-87, INIE, juin-septembre, La Havane.

- Banco Mundial (1992), *Historically Planned Economy: A Guide to the Data*, Washington D.C.
- Banco Mundial (1996), *Russia Federation*, A World Bank Country Study, Washington D.C.
- Brundenius, C. (1984), *Revolutionary Cuba: The Challenges of Economic Growth and Equity*, Westview Press, Boulder et Londres.
- CEPAL (1997), *La Economía cubana*, CEPAL et Fondo de Cultura económica, México.
- Commission on Cuban Affairs* (1935), *Problems of the New Cuba*, Foreign Policy Association, New York.
- Comité Estatal de Estadísticas (années variées), *Anuario Estadístico de Cuba*, La Havane.
- Consejo nacional de Economía (1959), *Empleo y desempleo en la fuerza trabajadora*, Departamento econométrica, janvier, La Havane.
- Cuba (1986), *Lineamientos económicos y sociales para el quinquenio: 1986-90*, Editora política, La Havane.
- Cuba (2002), “ *Nécessité de lever le blocus appliqué à Cuba* “, Rapport au Secrétaire général des Nations Unies sur la Résolution 56/9 de l’Assemblée générale, novembre 2002, La Havane.
- FMI (1995), *Russian Federation*, IMF Economic Reviews, n° 16, Washington DC.
- García, A., A. Álvarez, J. Somoza, N. Quinines Chang, I. Mañalich y C. Fernández de Bulnes (2003), *Política industrial, reconversión productiva y competitividad*, INIE, La Havane.
- González Gutierrez, A.. (1997, “ Economía y sociedad “, *Cuba: Investigación económica*, année 3, n° 3-4, juillet-décembre, La Havane.
- Herrera, R. et P. Nakatani (2006), “ De-dollarizing Cuba “, *International Journal of Political Economy*, à paraître, New York.
- Herrera, R. et P. Nakatani (2004), “ Dollarization in Cuba “, *International Finance Review*, vol. 5, pp. 115-134, décembre, Oxford.
- Herrera, R. (2006), “ Where is the Cuban Economy Heading ? ”, *International Journal of Political Economy*, à paraître, New York.
- Herrera, R (ed.) (2005), *Cuba révolutionnaire – Économie et planification*, tome 2, à paraître, L’Harmattan, Paris.
- Herrera, R (2003a), “ The effects of U. S. embargo against Cuba “, *rapport rédigé pour l’ONU, 55<sup>e</sup> session de la Sous-Commission sur la Protection et la Promotion des Droits de l’Homme*. Conseil économique et social, E/CN.4/Sub.2/2003/NGO/38, juillet, Genève.
- Herrera, R. (ed) (2003b), *Cuba révolutionnaire – Histoire et Culture*, tome I, L’Harmattan, Paris.
- Huberman, L. et P. M. Sweezy (1969), *Le Socialisme cubain*, Éditions Anthropos, Paris.
- Lavigne, M. (1970), *Les Économies socialistes soviétique et européennes*, Armand Colin, Paris.
- Maddison, A. (1995), *L’Économie mondiale : Analyse et statistiques (1820-1992)*, Études du Centre de Développement de l’OCDE, Paris.
- Martínez, O. (1991), “ Desarrollo humano: la experiencia cubana “, *Revista Cuba económica*, vol. 1, n° 1, pp. 16-34, avril-juin.
- Mesa-Lago, C. (1994), *Breve Historia económica de la Cuba socialista*, Alianza Editorial, Madrid.

Oficina nacional de los Censos demográficos y electorales (1961), *Encuesta sobre empleo, sub-empleo y desempleo*, mars, La Havane.

Oficina nacional de Estadísticas (années variées), *Anuário estadístico de Cuba*, ONE, La Havane.

OCDE (1995a), *Russian Federation*, Centre for Co-operation with the Economies in Transition, Paris.

OCDE (1995b), *Transition Economies*, Centre for Co-operation with the Economies in Transition, Paris.

Piñeda Bañuelos, G. (2001), *Las Reformas económicas em Cuba*, Universidad autónoma de Baja California Sur. México.

PNUD (1995), *Human Development Report*, PNUD, New York.

Rodríguez, J. L. et G. Carriazo (1987), *Erradicación de la pobreza en Cuba*, Editorial de Ciencias sociales, La Havane.

\* Este artigo foi-nos enviado por Remy Herrera, amigo e colaborador de odiario.info, professor na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne e investigador do CNRS

Tradução de Mário Pádua